



# **RELATÓRIO & CONTAS**

**2015**

**PARUPS, S.A.**

## ÍNDICE

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE.....</b>	<b>3</b>
<b>1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>6</b>
1.1 INTRODUÇÃO.....	7
1.2 ÓRGÃOS SOCIAIS.....	8
1.3 ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO.....	9
1.4 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE .....	13
1.5 ANÁLISE FINANCEIRA DA ATIVIDADE INDIVIDUAL.....	19
1.5.1 RESULTADOS E RENDIBILIDADE .....	19
1.5.2. EVOLUÇÃO DO BALANÇO .....	20
1.6 FATORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DE EXERCÍCIO .....	22
1.7 GESTÃO DO CAPITAL E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	22
<b>2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....</b>	<b>25</b>
2.1 BALANÇOS INDIVIDUAIS .....	26
2.2 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS .....	27
2.3 DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL.....	28
2.4 DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL .....	29
2.5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS .....	30
<b>3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>4. CERTIFICAÇÕES.....</b>	<b>68</b>
<b>5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....</b>	<b>80</b>
APÊNDICE 1 .....	87
APÊNDICE 2 .....	90
<b>6. DECLARAÇÕES DE INDEPENDÊNCIA .....</b>	<b>92</b>
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA PRESIDENTE C.A.....	93
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA - ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO .....	94
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA – ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO.....	95
ANEXO A – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA – ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO.....	96
<b>7. DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15º DA LEI Nº 8/2012. DE 21 DE FEVEREIRO .....</b>	<b>97</b>



## MENSAGEM DO PRESIDENTE



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

2015

A Sociedade foi constituída em 2010, com o objetivo de adquirir ao ex-Grupo BPN no âmbito do processo de reprivatização, ativos de natureza diversa, cuja heterogeneidade, contingências e dispersão geográfica, por si só, representam um desafio à sua gestão e alienação. São muitas as operações de alienação em que o esforço e recursos exigidos, quer em meios humanos, quer materiais, não se traduz nem em receitas, nem em resultados de materialidade significativa nas contas da empresa.

Temos procurado atuar em todo o portfólio, desde os ativos financeiros, aos imóveis, certo que nem todos com o mesmo sucesso ou contributo para as contas da sociedade.


Lamentavelmente, quanto às 13 obras do artista Catalão Joan Miró, mantêm-se as contingências jurídicas que levaram à suspensão do Leilão que se encontrou marcado para os dias 4 e 5 de Fevereiro de 2014, em Londres.

As obras de arte da coleção genérica que obrigaram a empresa a um intenso trabalho de inventariação, identificação, localização e concentração do seu armazenamento em condições de segurança adequadas, representa pouco mais de 1,5% dos ativos da sociedade, sendo que a totalidade das obras de arte têm um peso de cerca de 2,1%.

A gestão dos imóveis face à sua heterogeneidade e dispersão geográfica, obriga a sociedade a um elevado esforço na sua gestão e alienação, nomeadamente em deslocações quer para visita aos imóveis, quer para a sua manutenção e adequada regularidade, de contactos com as várias empresas de mediação imobiliária dispersas pelo país. Efetuar protocolos com imobiliárias deu visibilidade aos imóveis, permitiu alargar a sua divulgação na Internet e dispor de uma rede de vendedores profissionais. Este trabalho, associado a uma pequena recuperação no mercado imobiliário, permitiu que o número de imóveis vendidos evoluísse de forma bastante significativa em 2014 e 2015, com vendas que resultaram nos dois anos, em 30 e 102 imóveis respetivamente, embora o crescimento em número de imóveis vendidos, não reflita idêntico crescimento em valor de vendas, dado que cerca de 76% das escrituras foram de valor inferior a € 200 mil, sendo que um único imóvel contribuiu com € 1,1 milhões para as vendas do ano, que foram em 2015 de cerca de € 3,3 milhões e em 2014 de cerca de € 3 milhões. Os imóveis representam menos de 5% do ativo líquido da sociedade.

Quanto aos ativos financeiros, excluindo as UP's de Fundos Imobiliários, o ritmo das alienações depende de vários fatores, desde logo, a evolução dos mercados em termos gerais, a liquidez e valorização dos próprios ativos. O ano de 2015 permitiu algumas alienações interessantes, mantem-se contudo, um trabalho contínuo que se verifica longo no tempo por força das características da carteira sob gestão, cujo peso relativo no total dos ativos da sociedade não chega aos 5%.

No entanto, independentemente do esforço e sucesso que a empresa possa obter na gestão e alienação de todo o portfólio dos seus diversos ativos, o seu desempenho está fortemente condicionado pela gestão da sociedade gestora de fundos imobiliários Imofundos SGFII,



## PARUPS, S.A.

---

S.A., sociedade que gere os fundos imobiliários detidos pela Parups e que na realidade representam neste momento cerca de 83% dos seus ativos.

A Parups para cumprir o seu desígnio, precisa que a Imofundos faça uma gestão que passe pela liquidação de fundos, alienação de imóveis e distribuição de liquidez aos detentores de Unidades de Participação. A gestão de ambas as empresas tem-se mantido em sintonia, o que permitiu, à Parups, um encaixe de € 27,8 milhões com a liquidação do Fundo Imoglobal, no primeiro trimestre de 2015, pese embora esta operação represente uma menos valia de cerca de € 46,9 milhões, com um impacto líquido negativo no exercício de cerca de € 32 milhares, após reversão de imparidades.

A aquisição dos ativos ao valor nominal, muitos, sobrevalorizados na origem e o nível de imparidades registado, cerca de 41% da carteira, implica que a alienação de ativos resulte na maior parte das operações, em menos-valias, com o respetivo impacto negativo nas contas da sociedade. Esta é, para a maior parte da carteira sob gestão, uma realidade que tem tendência para se agravar na ausência de perspetivas de valorização.

Naturalmente, mantem-se o elevado passivo da sociedade, quer o que esteve na origem da aquisição dos ativos, quer o que resulta da transformação de financiamentos bancários em financiamentos do Estado, por força da incapacidade da sociedade em gerar receitas que lhe permitam fazer face ao serviço da dívida.

Esta é uma situação que tende a agravar-se, na medida em que a Parups é forçada a recorrer a novos financiamentos para liquidar juros, mas também pelo facto de se tornar cada vez mais desequilibrada com o aumento da sua própria eficiência, pois quanto mais ativos alienar, menos restam para gerar receitas futuras.

A sociedade tem procurado, com recurso a fundos próprios, efetuar amortizações extraordinárias e antecipadas do empréstimo obrigacionista, de forma a reduzir juros e outros encargos futuros. Em 2015 o empréstimo obrigacionista foi amortizado em € 140.097 milhares, sendo que € 67.312 milhares com recurso a fundos próprios e € 72.785 milhares com recurso a financiamento do Estado. Estimamos com esta medida, adotada em 2014 e 2015, uma poupança em juros e outros encargos futuros, superior a € 10 milhões.

Por fim não posso deixar de agradecer às estruturas da Parvalorem pelo trabalho desenvolvido, em particular aos colaboradores que direta ou indiretamente trabalham para a Parups, ao conselho de administração e colaboradores da Imofundos SGFII, S.A. pelo trabalho desenvolvido, ao Conselho Fiscal e Auditores externos que sempre mantiveram connosco um diálogo construtivo e o acompanhamento da atividade da empresa, à Direção Geral do Orçamento pela colaboração prestada nomeadamente no que diz respeito à resolução das dificuldades colocadas e que resultam da própria especificidade da atividade da empresa, à acionista Direção Geral do Tesouro e Finanças pela disponibilidade registada, bem como à Tutela cuja confiança, apoio e compreensão foram fundamentais para a gestão da sociedade.

A todos muito obrigada!

  
*Maria Paula Poças Rodrigues*  
Presidente do Conselho de Administração



## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO



## 1.1 Introdução

A PARUPS, S.A. é uma sociedade constituída no âmbito do processo de reestruturação financeira do BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A., cujo património resultou da aquisição ao “GRUPO BPN” de um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para fins de coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

A PARUPS, S.A. tem por missão gerir e potenciar a valorização e rentabilização dos ativos sob gestão, por forma a minimizar a perda para o acionista num contexto de alienação. O objecto social da sociedade está definido nos seguintes termos:

- Prestação de serviços de consultoria;
- Aquisição para a sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão de bens pertencentes à sociedade. Aquisição de imóveis para revenda no âmbito destas atividades e revenda dos adquiridos para tal fim.

A gestão da PARUPS, S.A. continua a ser assegurada pela estrutura orgânica da PARVALOREM, S.A., a empresa que agregou todo o quadro de pessoal transmitido a esta sociedade através do Contrato de Trespasse celebrado, a 10 de Fevereiro de 2012, entre o BPN e a PARVALOREM, S.A..

As Unidades de Participação em Fundos Mobiliários e Imobiliários continuam a ser a grande componente de ativos sob gestão pelo que qualquer perspectiva de futuro passa sempre por operações que envolvam estes fundos.

Situação ainda mais relevante, tendo em conta a íntima ligação da participada da PARPARTICIPADAS, S.A., a IMOFUNDOS, SGFII, S.A. à gestão dos fundos imobiliários, na qualidade de sociedade gestora.

O ano de 2015 foi, do ponto de vista dos mercados financeiros, bastante mais complexo que o de 2014 mas, apesar disso, foi possível gerar vendas que totalizaram € 30 milhões.

Em 2015, a evolução favorável no mercado imobiliário a par de uma crescente pro-atividade comercial, proporcionou um significativo crescimento anual, quer em valor quer no número de imóveis vendidos, numa carteira que se tem vindo a reduzir nos últimos dois anos.



## 1.2 Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

JOSÉ EMÍLIO COUTINHO GARRIDO CASTEL-BRANCO (Presidente)

CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE (Secretária)

#### *Mandato Membros da Mesa da Assembleia Geral:*

Prazo de duração do (s) mandato (s): Triénio 2015 - 2017

Data da Deliberação Social Unânime por Escrito: 29-06-2015

### Conselho de Administração

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES (Presidente)

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE (Vogal)

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES (Vogal)

BERNARDO XAVIER ALABAÇA (Vogal)

#### *Mandato Conselho Administração:*

Prazo de duração do (s) mandato (s): Triénio 2015 - 2017

Data da deliberação da Assembleia Geral: 29-04-2015

*Nota: Por força do novo regime jurídico do setor público empresarial (NRJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro de 2013, os estatutos sociais foram parcialmente alterados, por deliberação da assembleia geral da Sociedade realizada em 23/07/2014, todavia, a redução para três do número de membros do Conselho de Administração só se aplica a partir do próximo mandato (cf. nº 3 do artigo 73.º do NRJSPE).*

### Conselho Fiscal

MARIA ROSA TOBIAS SÁ (Presidente)

DAVID ANTONIO TEIXEIRA DE AVELAR (Vogal)

MIGUEL MENDES DE BARROS (Vogal)

#### *Mandato Conselho Fiscal*

Prazo de duração do (s) mandato (s): até final do mandato em curso 2013 - 2015

Data da deliberação da Assembleia Geral: 24.09.2013

#### **Revisor (Efetivo)**

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA, ROC n.º 1210

#### **Revisor (Suplente)**

CARLOS LUÍS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO, ROC n.º 572

#### *Mandato Revisor*

Prazo de duração do (s) mandato (s): até final do mandato em curso 2013 – 2015

Data da deliberação da Assembleia Geral: 24.09.2013



### 1.3 Enquadramento Macro Económico

#### Enquadramento Internacional

Ao longo de 2015 o Fundo Monetário Internacional efetuou várias revisões em baixa do crescimento económico mundial, sendo que a projeção em Outubro de 2015 era a de um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,1% em 2015 e de 3,6% em 2016. A redução das estimativas de crescimento económico para 2015 e 2016 aconteceram quer nas economias desenvolvidas como nas economias emergentes.

A descida dos preços das *commodities* (petróleo, minérios, metais e produtos agrícolas) tiveram ao longo do ano um impacto negativo na evolução económica de alguns países emergentes, como por exemplo a Rússia e o Brasil. Como alguns exemplos, o crude caiu 30,5% em 2015, sucedendo o mesmo ao Brent (-35%), ao gás natural (-33,8%), ao ouro (-10,6%), à prata (-11,6%), ao milho (-16,4%) e ao trigo (-24,1%).

As projeções do PIB para 2015 e 2016 são as seguintes:

	2014	2015	2016
PIB Mundial	3,4	3,1	3,6
<b>Economias Desenvolvidas</b>	1,8	2,0	2,2
EUA	2,4	2,6	2,8
Zona Euro	0,9	1,5	1,6
Alemanha	1,6	1,5	1,6
França	0,2	1,2	1,5
Itália	- 0,4	0,8	1,3
Espanha	1,4	3,1	2,5
Japão	- 0,1	0,6	1,0
Reino Unido	3,0	2,5	2,2
Canadá	2,4	1,0	1,7
<b>Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento</b>	4,6	4,0	4,5
Rússia	0,6	- 3,8	- 0,6
China	7,3	6,8	6,3
Índia	7,3	7,3	7,5
Brasil	0,1	- 3,0	- 1,0

Fonte: Outlook do Fundo Monetário Internacional de Outubro de 2015

A descida dos preços das *commodities* teve como consequência uma descida significativa da inflação. As estimativas de inflação para 2015 são de 0,3% nas economias desenvolvidas e de 5,6% nas economias emergentes. Para 2016, as projeções são de 1,2% e 5,1% respetivamente.

Os principais bancos centrais no mundo (Reserva Federal Americana, Banco Central Europeu, Banco de Inglaterra e Banco do Japão) têm prosseguido nos últimos anos amplos planos de injeção de liquidez nas economias e de manutenção de taxas de juro em níveis baixos. Contudo, no final de 2015, a Reserva Federal Americana efetuou a primeira

subida das taxas de juro em quase 10 anos e a primeira subida das taxas de juro desde que começou a crise financeira.

### Economia Portuguesa

Após o fim do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal em maio de 2014, o processo de ajustamento da economia portuguesa prosseguiu em 2015, com vista a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos. A política orçamental restritiva e o processo de desalavancagem do setor privado, tiveram como consequência uma forte contração da procura interna e a manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

A economia portuguesa deverá ter evoluído em 2015 cerca de 1,6% face ao ano anterior. Para este crescimento, a Procura Interna e as Exportações contribuirão positivamente, como se pode observar no quadro seguinte, cujos valores constam do Boletim Económico do Banco de Portugal (BdP) de dezembro de 2015.

Projeções do Banco de Portugal 2015-2017 - Taxa de variação anual em percentagem:

Quadro 1.1 - Projeções do Banco de Portugal: 2015-2017  
Taxa de variação anual em percentagem

Pesos	BE Dezembro 2015			BE Junho 2015			
	2014	2015 (p)	2016 (p)	2017 (p)	2015 (p)	2016 (p)	2017 (p)
Produto Interno Bruto (PIB)	100,0	1,6	1,7	1,8	1,7	1,9	2,0
Consumo Privado	65,9	2,7	1,8	1,7	2,2	1,7	1,7
Consumo Público	18,5	0,1	0,3	0,1	- 0,5	0,2	-
Formação Bruta de Capital Fixo	14,9	4,8	4,1	6,1	6,2	4,4	6,0
Procura Interna	99,6	2,4	1,8	2,1	2,1	1,8	2,1
Exportações	40,0	5,3	3,3	5,1	4,8	6,0	6,4
Importações	39,7	7,3	3,6	5,6	5,7	5,5	6,5
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) (a)							
Procura Interna		1,1	0,9	0,9	1,1	0,7	0,8
Exportações		0,4	0,8	0,9	0,6	1,2	1,2
Balança Corrente e de Capital (% do PIB)		2,4	2,5	2,3	3,0	3,2	3,4
Balança de Bens e Serviços (% do PIB)		1,6	1,7	1,3	2,1	2,1	2,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,6	1,1	1,6	0,5	1,2	1,3

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (p) projetado, p.p. = pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas.

(a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2005.

Fonte: BP – Boletim Económico de dezembro 2015

A projeção do PIB para 2015 elaborada pelo BdP em dezembro de 2015 é 0,1% menor que a projeção de junho de 2015. Por sua vez a estimativa de crescimento do PIB para 2016 elaborada pelo BdP em dezembro de 2015 é 0,2% menor que a estimativa de junho de 2015.

O menor crescimento económico face a anteriores projeções deriva fundamentalmente de um menor contributo das Exportações, especialmente para fora da Zona Euro. As exportações nacionais para países como Angola e Brasil têm sido afetadas pela menor dinâmica económica desses países, devido sobretudo à evolução negativa dos preços das *commodities*.

No último trimestre do ano, o Consumo Privado também demonstrou alguma redução, como se pode observar no quadro seguinte, referente aos Indicadores de Conjuntura do Banco de Portugal de janeiro de 2016:

	Trimestre terminado em												
	2014	2015	2015			2014						2015	
	t.m.		Ago	Set	Out	Nov	Dez	m-12	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Indicador para a atividade económica	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	-	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0
Indicador para o consumo privado	2,3	2,2	2,4	2,4	2,3	2,1	1,9	2,3	2,4	2,3	2,2	2,0	1,7

Fonte: Banco de Portugal - Indicadores Coincidentes Janeiro 2016

Nota: Valores em taxa de variação homóloga, sendo que a coluna t.m. corresponde à taxa média de variação do indicador desde o início do ano. A coluna m-12 refere-se ao mês homólogo do último mês disponível.

Esta evidência foi também confirmada pelo indicador de confiança dos consumidores do Instituto Nacional de Estatística que se reduziu em dezembro de 2015, embora menos acentuadamente que no mês anterior, após ter estabilizado em outubro no valor mais elevado desde abril de 2001.

De acordo com dados do INE de Janeiro de 2016, o PIB no terceiro trimestre de 2015 registou uma variação nula em relação aos valores do trimestre anterior (+0.5% nos dois trimestres anteriores). Face ao período homólogo, o PIB registou um crescimento de 1.4% (1.6% nos trimestres anteriores).

O indicador que mede o clima económico em Portugal desceu em dezembro de 2015 face ao valor verificado nos meses anteriores: nos últimos três meses terminados em dezembro situou-se nos +0.7%, o que compara com +0.9% verificados em novembro e +0.2% verificados em dezembro de 2014.

Ao nível do investimento, o indicador que mede a FBCF registou um comportamento positivo nos últimos três meses terminados em novembro de 2015 mas num valor abaixo do verificado nos meses anteriores (4.5% versus 6.7% em outubro e 5.3% em setembro), o que incorpora uma evolução positiva das componentes de máquinas & equipamentos, construção e de material de transporte.

O valor das exportações nos últimos três meses terminados em novembro de 2015 registou uma subida de 1.1% face aos valores do período homólogo, enquanto as importações no mesmo período registaram uma descida de 1.2%.



## PARUPS, S.A.

---

A inflação em Portugal, medida pelo Índice Harmonizado de Preços do Consumidor, deverá ter sido apenas de 0,6% em 2015, estimando-se que suba para 1,1% em 2016 e 1,7% em 2017.

É de salientar que o País voltou a apresentar em 2015, tal como em 2014, um saldo positivo da Balança Corrente e de Capital e da Balança de Bens e Serviços, uma das correções mais importantes dos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa.

A taxa de desemprego passou de 13,9% no final de 2014 para 12,6% em Novembro de 2015, dando alguns sinais de melhoria do mercado de trabalho.

O crédito total ao sector privado continuou a demonstrar um decréscimo (2,7% nos primeiros onze meses de 2015 face ao período homólogo do ano anterior).

Até novembro de 2015, o crédito a particulares caiu 2,5% face a idêntico período do ano anterior (aumento de 1,3% no crédito ao consumo e redução de 3% no crédito à habitação).

Por sua vez, o crédito a empresas nos onze primeiros meses de 2015 face ao período homólogo de 2014 caiu 3,1%.

O crédito mal parado continuou a aumentar ao longo do ano em ambos os segmentos, particulares e empresas. O crédito mal parado era de 9,26% em Novembro de 2015, contra 8,61% um ano antes.

Nos particulares, o crédito mal parado subiu ao longo do ano ficando em 4,43% do valor total de crédito em novembro de 2015, quando em novembro de 2014 era de 4,34%.

Nas empresas, o crédito mal parado estava em novembro de 2015 nos 16,26% do valor total de crédito em novembro de 2015 (18,5% nas pequenas e médias empresas e 7% nas grandes empresas), quando em novembro de 2014 era de 14,33%.

Apesar de uma redução das taxas de juro no crédito a empresas e particulares em 2015, os valores dos *spreads* de risco continuam elevados.

A taxa de juro média para empréstimos até um valor de um milhão de euros para empresas era de 3,97%, sendo de 3,47% para valores acima de um milhão de euros (dados de outubro de 2015).

A taxa de juro média para empréstimos ao consumo a particulares era de 8,05% e para empréstimos à habitação de 2,16% (dados de outubro de 2015).

## 1.4 Evolução da Atividade da Sociedade

A atividade da PARUPS, S.A. continua a ser assegurada através da estrutura orgânica da PARVALOREM, S.A..

As condições conjunturais e envolventes dos mercados subjacentes aos ativos sobre gestão, mantiveram-se de uma forma geral adversas, apesar de alguns sinais positivos e de eventual recuperação, em alguns casos.

Com base nas competências organizacionais internas foi possível dar continuidade à persecução dos objetivos enquadrados na missão de alienar/liquidar as carteiras tendo sempre em vista a maximização do resultado e minimização dos custos correntes associados.

As Direções de Gestão de Activos Imobiliários (DGAI), Gestão de Activos Financeiros (DGAF) e de Gestão de Outros Activos (DGOA), da Parvalorem, à semelhança do ocorrido no exercício anterior, asseguraram a gestão corrente e estratégica do património proveniente do espólio do BPN, S.A., nas áreas dos ativos imobiliários, ativos financeiros e outros ativos, nomeadamente património artístico.

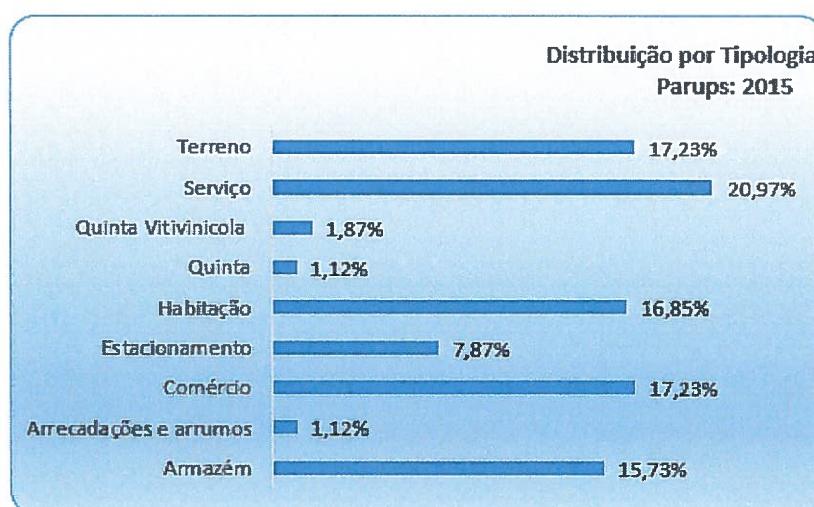
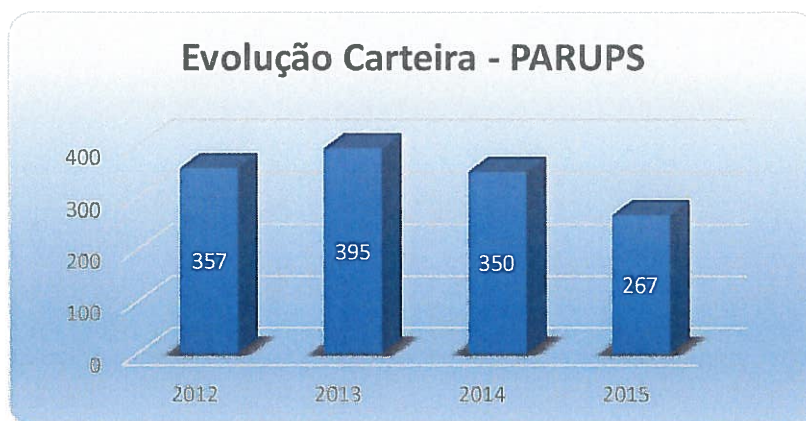
### Gestão da carteira de imóveis

Em 2015, a evolução favorável verificada no mercado imobiliário, a par de uma crescente proatividade comercial, proporcionou um significativo crescimento anual, quer em valor quer no número de imóveis vendidos, numa carteira que se tem vindo a reduzir nos últimos dois anos.

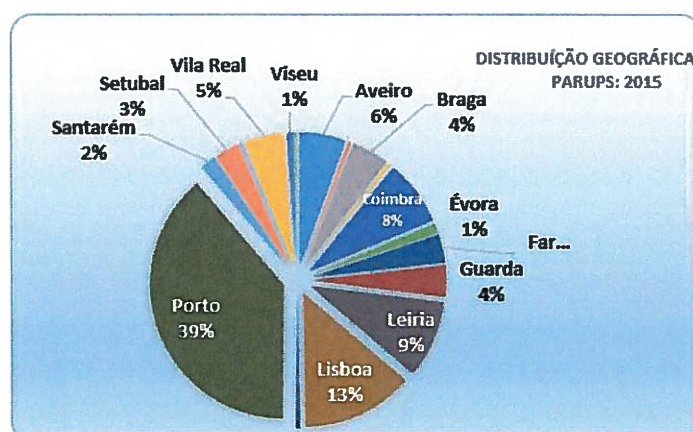
Em termos de valor de mercado, a carteira da PARUPS sofreu uma redução de 26,7%, motivada pelo valor das vendas ocorridas nos últimos dois anos e pela perda de valor de alguns imóveis.

Carteira de Imóveis (m€)					
2015			2014		
Nº. Imóveis	Valor de Aquisição	Valor de Avaliação	Nº. Imóveis	Valor de Aquisição	Valor de Avaliação
267	67.064	33.436	350	73.499	29.332

No exercício de 2015, o *portfolio* de imóveis sofreu uma redução anual de 23,7%.



A carteira da Parups é muito heterogénea, sendo a componente de habitação apenas 17% do total, o que dificulta a sua comercialização.



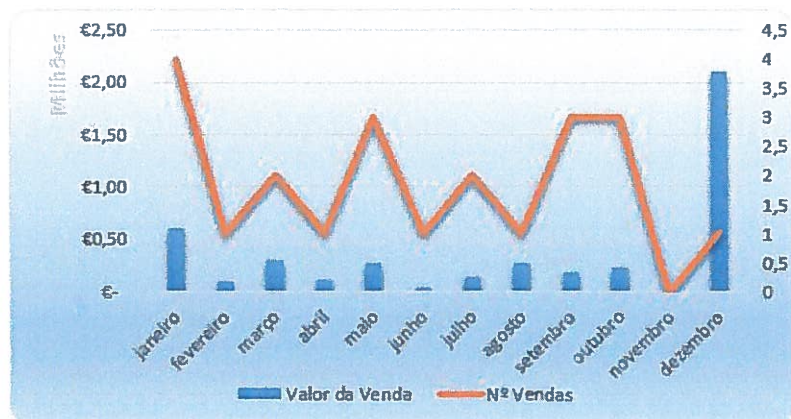
No ano de 2015 foi superada a performance de 2014: em cerca de 25%, no que concerne aos valores das alienações, e em 340% em número de imóveis vendidos.



2015		2014		2013		2012	
Q	Valor de venda	Q	Valor de venda	Q	Valor de venda	Q	Valor de venda
102	3.299	30	3.002	20	1.763	4	518

m€

Os valores recebidos em 2015, relativos á alienação de imoveis (contratualização de CPCV's e escrituras), totalizaram € 3.740 milhares. A maior incidência no valor de venda foi no último mês de 2015.



Prosseguindo com um trabalho iniciado em exercícios anteriores, a sociedade tem implementado e desenvolvido um conjunto de boas práticas reconhecidas no mercado.

Assim, cabe destacar que todos os ativos imobiliários da sociedade são objeto de avaliação e visitados pelos colaboradores da Direção de Gestão de Ativos Imobiliários (DGAI) com a regularidade adequada.

A adjudicação das empresas avaliadoras – presentemente, nove empresas com elevada reputação no mercado nacional, as quais cumprem os requisitos definidos pela CMVM – baseiam-se nos seguintes critérios genéricos de seleção:

1. Não repetindo as duas últimas empresas avaliadoras;
2. As avaliações devem ser efetuadas com visita ao local, salvo situações em que, por decisão casuística, se se considera que não seja necessária (e.g. terrenos rústicos);
3. A diversificação das empresas avaliadoras para cada imóvel e pela carteira.

Tendo presente o *benchmarking* realizado sobre as práticas de mercado das Instituições Financeiras e as alterações no processo de avaliações, introduzidas pela Lei nº 153/2015 de 14 de setembro, foi negociado e elaborado um preçário único para todas as avaliações



realizadas pela Empresa, procedimento que gerou uma redução nos custos de avaliação superior a 20%.

A comercialização dos imóveis é feita essencialmente pelas mediadoras com quem se encontra estabelecido protocolo, a divulgação dos imóveis pelo portal institucional da Parvalorem e no portal LarDoceLar. Atualmente, os ativos imobiliários da sociedade são promovidos pelos quatro principais *players* a nível nacional, bem como por diversas mediadoras a nível local, apostando-se no fator de proximidade. O comissionamento é único para todos os parceiros de negócios e estes são portadores de Licença AMI.

Ainda durante o ano de 2015, foram definidos e implementados os normativos dos principais processos existentes na DGAI, com o intuito de regulamentação e definição de competências transversais nesta Direção.

Todos os imóveis passaram a ser geridos em aplicação informática desenvolvida com os *inputs* da DGAI para garantir maior eficiência e segurança na gestão diária dos ativos.

Durante o exercício foram resolvidos 7 dos 28 casos existentes de imóveis ocupados, fruto de uma estratégia iniciada em 2014, privilegiando a resolução pela via comercial (vendas e arrendamentos) em detrimento da via judicial.

### **Gestão de Ativos Financeiros**

A carteira de ativos financeiros da Parups SA apresentava um valor líquido de balanço, no final de 2015, de € 471 milhões. Os fundos de investimento imobiliários compõem 95% desse montante, sendo na sua quase totalidade geridos pela Imofundos, Sociedade Gestora de Fundos Imobiliários SA, a qual é detida pela Parparticipadas SGPS, SA.

Os restantes 5%, ou seja, € 24 milhões, distribuem-se por fundos de investimento mobiliário, obrigações, participações de capital e outros.

O ano de 2015 foi, do ponto de vista dos mercados financeiros, bastante mais complexo que o de 2014 mas, apesar disso, foi possível gerar vendas que totalizaram cerca de € 30 milhões. Conjugando vendas com reembolsos de obrigações, cupões e dividendos conseguiu-se um encaixe financeiro total de € 31 milhões, para o qual a liquidação do Fundo Imoglobal contribuiu com € 27,8 milhões, o qual compara com os € 57,5 milhões realizados em 2014 e os € 21,6 milhões de 2013. Neste âmbito deverá ser tido em consideração que, no ano anterior, foram vendidas as moedas alusivas ao Euro 2004 e liquidado o Fundo BPN Diversificação, factos que naturalmente não se repetiram em 2015.

A PARUPS, na qualidade de titular da totalidade das unidades de participação do FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO IMOGLOBAL decidiu, dissolver e liquidar este Fundo, com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2015, através do reembolso em espécie das unidades de participação a levar a efeito mediante a transferência global do património do Fundo para a PARUPS. Do património fazem parte todos os bens móveis e imóveis, o conjunto de direitos e obrigações e as posições jurídicas ativas e/ou passivas encabeçadas no dito Fundo, designadamente decorrentes de contratos de promessa a que validamente se vinculou e a cujo cumprimento está obrigado, e ainda todo o respetivo

## PARUPS, S.A.

---

passivo. O valor de venda global desta operação de liquidação para a PARUPS foi de € 27,8 milhões divididos pelas seguintes categorias de ativos: (i) dinheiro € 26,5 milhões; (ii) dois ativos imobiliários com contrato promessa compra e venda correspondente a € 3,8 milhões e por valores passivos de € 2,5 milhões (correspondentes a adiantamento por conta de imóveis e outros a regularizar).

Face ao encaixe total obtido as perspectivas para 2016 passam fundamentalmente pela continuação do esforço de venda das posições ainda em carteira e pelo acompanhamento da gestão dos fundos imobiliários, com a perspectiva de aproveitar a evolução mais favorável do mercado imobiliário e as oportunidades que se vierem a colocar de gerar receitas efetivas para a sociedade.

### Gestão de Outros Ativos

Ao nível da gestão da carteira de outros ativos, cabe destacar o conjunto de obras de arte e, dentro destas, o acervo de Quadros Joan Miró, do qual a Parups detém 13 obras sendo os restantes 72 propriedade da Parvalorem. O conjunto das 85 obras está contabilizado por um valor líquido de € 45,3 milhões, correspondendo € 8,2 milhões à Parups.

Na sequência do concurso realizado em Setembro de 2013 as sociedades Parups e Parvalorem celebraram um contrato com a Leiloeira Christie's com vista à venda das 85 obras, o qual foi assinado em Novembro do mesmo ano.

O modelo de contrato escolhido atribuía à Leiloeira a responsabilidade pelas operações até à realização do leilão designadamente requerer e obter todas as licenças e autorizações necessárias para dar exequibilidade zelosa e cabal a todos os serviços contratados, nomeadamente, no que diz respeito à exportação para venda, embalagem, recolha, transporte, depósito, exposição, leilão, venda e entrega das obras de arte ao respetivo comprador.

Os leilões foram agendados para 4 e 5 de Fevereiro de 2014 em Londres mas acabaram por ser cancelados em virtude dos vários processos legais instaurados nos tribunais nacionais, tendo as obras voltado a Portugal. Estando aqueles ainda em aberto, no final de 2015, e sendo a sua resolução condição necessária à retoma dos leilões ou à consideração de outra solução para alienação das obras, não foi possível ao longo do ano reiniciar o processo de venda.

Entretanto melhoraram-se, em alguns aspetos, as condições de guarda das reservas. Foi ainda efetuada uma nova consulta ao mercado segurador e renegociado o seguro das obras em condições vantajosas.

Além das obras de Joan Miró a Parups detém 173 obras de arte, contabilizadas por € 2,6 milhões, em relação às quais foi completado em 2015 o respetivo trabalho de avaliação, inventariação e armazenagem tendo ainda sido iniciado o restauro de algumas obras que apresentavam problemas de conservação.

No conjunto da Parvalorem e Parups existem 197 obras com um valor líquido de balanço de € 3,6 milhões.

## PARUPS, S.A.

No âmbito da prioridade que está a ser dada a entidades nacionais relativamente à aquisição deste acervo foi depositada em Novembro, no Museu Arpad Szenes- Vieira da Silva, uma obra de Arpad Szenes, propriedade da Parups, que se encontra exposta no Museu, e para a qual a Fundação passou a deter uma opção de compra.

A definição da listagem das obras de artistas portugueses a adquirir por parte de outros museus nacionais ainda não está finalizada, pelo que o processo de venda das remanescentes no mercado não pôde, até ao final de 2015, avançar.

## 1.5 Análise Financeira da Atividade Individual

## 1.5.1 Resultados e Rendibilidade

milhares €	2014	2015	Varição Valor
Vendas e prestações de serviços	18 693	3 299	(15 394)
Outros proveitos operacionais	10 295	4 740	(5 555)
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>28 988</b>	<b>8 039</b>	<b>(20 949)</b>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das vendas	(19 410)	(3 228)	16 182
Fornecimentos e serviços externos	( 879)	( 446)	433
Gastos com o pessoal	( 134)	( 122)	12
Provisões e perdas por imparidade	99 547	2 203	(97 344)
Outros custos operacionais	(138 916)	(49 478)	89 438
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>(59 792)</b>	<b>(51 071)</b>	<b>8 721</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>(30 804)</b>	<b>(43 032)</b>	<b>(12 228)</b>
Custos e perdas financeiros	(44 614)	(39 938)	4 676
Proveitos e ganhos financeiros	869	852	( 17)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>(74 549)</b>	<b>(82 118)</b>	<b>(7 569)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	0
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(74 549)</b>	<b>(82 118)</b>	<b>(7 569)</b>

No final do exercício de 2015, o Resultado líquido cifrou-se num prejuízo de € 82,1 milhões, o que traduz uma variação negativa de € 7,6 milhões face ao resultado verificado em 2014. Apesar da redução verificada ao nível dos Custos operacionais (€ 8,7 milhões) e dos juros do empréstimo obrigacionista (€ 4,7 milhões), esta variação dos resultados do exercício é também explicada pela quebra dos Proveitos operacionais (menos € 20,9 milhões), que no ano anterior foram influenciados positivamente pela venda das moedas comemorativas e por mais-valias obtidas na alienação de Obrigações Chaves SME.

Para o resultado do ano, os Proveitos operacionais contribuíram com um total de € 8 milhões, com o Custo das vendas a cifrar-se em € 3,2 milhões, rubricas que fundamentalmente refletem a venda de imóveis, bem como ganhos cambiais, juros recebidos de instrumentos de dívida, ganhos em alienações de títulos e rendas de imóveis.

Para além do referido no parágrafo anterior, no Resultado líquido do exercício, importa realçar o impacto dos Outros custos operacionais (cerca de € 49,5 milhões), fundamentalmente decorrentes de perdas em alienações de títulos (€ 46,9 milhões com o Fundo Imoglobal que, todavia, gerou um impacto líquido negativo no exercício de apenas € 32 mil).

Por último, acresceu ainda o impacto de € 39,9 milhões de euros de custos e perdas financeiros, fundamentalmente juros e encargos dos financiamentos obtidos incluindo o empréstimo obrigacionista.

## 1.5.2. Evolução do Balanço

**Ativo**

milhares €	2014	2015	Variação Valor
<b>Ativo</b>			
<b><u>Ativo não corrente:</u></b>			
Outros Investimentos	540 859	471 350	(69 509)
<b>Total de ativos não correntes</b>	<b>540 859</b>	<b>471 350</b>	<b>(69 509)</b>
<b><u>Ativo corrente:</u></b>			
Existências	39 113	36 710	(2 403)
Outras contas a receber	4 035	1 419	(2 616)
Estado e outros entes públicos	373	384	11
Investimentos detidos para negociação	150	105	(45)
Outros ativos	0	9 520	9 520
Caixa e equivalentes de caixa	57 227	3 071	(54 156)
	<b>100 898</b>	<b>51 209</b>	<b>(49 689)</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>641 757</b>	<b>522 559</b>	<b>(119 198)</b>

Em 31 de Dezembro de 2015, o Ativo Líquido da sociedade situou-se em € 522,6 milhões, o que significou um decréscimo de cerca de € 119,2 milhões (-18,6%) face ao alcançado no termo de 2014.

No final do exercício de 2015, os saldos das rubricas Investimentos em associadas e Outros investimentos ascenderam a € 471,4 milhões (ativo não corrente, líquido de imparidades), o que significou um decréscimo de € 69,5 milhões face ao alcançado no ano anterior.

O Ativo corrente líquido de imparidades totalizou € 51,2 milhões o que representou uma diminuição de € 49,7 milhões face ao saldo do final do exercício anterior.

Esta diminuição deveu-se, em grande medida, á redução verificada no saldo de depósitos a prazo.



## Passivo

milhares €	2014	2015	Variação Valor
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	50	50	0
Reservas de reavaliação	8 287	10 228	1 941
Resultados transitados	(729 115)	(803 664)	(74 549)
Resultado líquido do exercício	(74 549)	<b>(82 118)</b>	(7 569)
<b>Total do Capital próprio</b>	<b>(795 327)</b>	<b>(875 504)</b>	<b>(80 177)</b>
<b>Passivo</b>			
<u>Passivo não corrente</u>			
Provisões	0	94	94
Empréstimos obrigacionistas	604 662	389 628	(215 034)
Outros financiamentos obtidos	795 690	889 884	94 194
	<b>1 400 352</b>	<b>1 279 606</b>	<b>(120 746)</b>
<u>Passivo corrente</u>			
Acionistas	35 193	35 193	0
Empréstimos obrigacionistas	0	74 920	74 920
Outros financiamentos obtidos	0	4 375	4 375
Fornecedores	34	14	(20)
Estado e outros entes públicos	5	4	(1)
Outros passivos	1 500	3 951	2 451
	<b>36 732</b>	<b>118 457</b>	<b>81 725</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1 437 084</b>	<b>1 398 063</b>	<b>(39 021)</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>641 757</b>	<b>522 559</b>	<b>(119 198)</b>

O Passivo não corrente totalizou € 1.279,6 milhões, o que correspondeu a uma diminuição de € 120,7 milhões comparativamente com o saldo do final do ano anterior. Para a diminuição deste passivo contribuiu a amortização parcial do empréstimo obrigacionista, bem como a reclassificação, para Passivo corrente, do reembolso previsto ser efectuado no exercício de 2016 (cerca de € 74,9 milhões). Foi ainda contratualizado um novo empréstimo com o Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, cujo montante ascendeu a € 83,7 milhões.

O Passivo corrente ascendeu a € 118,5 milhões, com um aumento de € 81,7 milhões face ao registado em 2014, fundamentalmente explicado pela reclassificação referida no parágrafo anterior.

O Capital Próprio da Parups diminuiu € 80,2 milhões durante o ano de 2015. O Resultado negativo do ano anterior, o Resultado líquido do exercício, que registou um prejuízo de € 82,1 milhões de euros, e o aumento de € 1,9 milhões das Reservas de reavaliação, contribuíram para que no final do exercício de 2015 os Capitais próprios se cifrassem no montante negativo de € 875,5 milhões.

## 1.6 Fatores Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Na Assembleia de participantes do Real State - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Fundo) realizada no dia 3 de fevereiro de 2016, do qual a Sociedade é detentora de 50% do seu capital, foi deliberado aumentar o capital do Fundo no montante de € 15 milhões.

Em 22 de março de 2016, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações da Controlauto – Controlo Técnico Automóvel, S.A. (Controlauto) entre a Sociedade e a Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A., através do qual a Sociedade vende à Brisa as 144.480 ações ordinárias, nominativas e escriturais representativas de 14,45% do capital social e direitos de voto da Controlauto, pelo montante global de € 7,25 milhões, o que corresponde ao preço de 50,18 euros por ação, integralmente pago pela Brisa à Parups.

A sociedade mudou a sua sede social, com efeitos a partir de 07 de março de 2016, para a Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 51, 5º Piso-Fração F, freguesia de Avenidas Novas, concelho de Lisboa (1050-120 Lisboa).

## 1.7 Gestão do Capital e Proposta de Aplicação de Resultados

As demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2015, apresentam capitais próprios negativos de € 875,504 milhares, situação a que se aplica o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que o Conselho de Administração irá solicitar ao acionista que tome as medidas julgadas convenientes relativamente à perda de mais de metade do capital social da Sociedade.

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em € 82.118.218,82 seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 14 de Abril de 2016

Conselho de Administração

Presidente

Maria Paula Poças Rodrigues

Vogal

Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite

Vogal

Bruno Raposo de Castro Henriques

Vogal

Bernardo Xavier Alabaça



### ANEXO I

Para efeitos do n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício de 2015, cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização não possuía qualquer ação ou obrigação das referidas nos números 1 e 2 do mesmo preceito legal.

### ANEXO II

Para efeitos do n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, até 13 de fevereiro do exercício de 2012, o BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A. foi o acionista único da PARUPS, S.A.. A partir 14 de fevereiro o ESTADO PORTUGUÊS, através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS tornou-se o acionista único da sociedade, mantendo-se, nesta data, essa situação.

### ANEXO III

Para efeitos do n.º 4 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários informa-se que:

1. O ESTADO PORTUGUÊS através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS é o acionista único da sociedade;
2. Não há acionistas titulares de direitos especiais;
3. Não há restrições em matéria de direito de voto, exceto a que se refere à correspondência de um voto a cada grupo de cem ações;
4. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e substituídos nos termos legalmente previstos, cabendo à Assembleia Geral nomear o Conselho de Administração e indicar o Presidente;
5. O Conselho de Administração tem poderes de gestão da sociedade e os estatutos não lhe atribuem competência para deliberar sobre o aumento do capital social;
6. A alteração dos estatutos e o aumento do capital social são competências da Assembleia Geral, sendo que os estatutos da sociedade estabelecem que (i) as deliberações são tomadas por maioria dos votos emitidos, correspondendo um voto a cada grupo de cem ações, e (ii) as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação.

### ANEXO IV

Lista a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8º da Instrução n.º 5/2008 de COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS:

- O ESTADO PORTUGUÊS através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS, detém 10.000 ações (100% do capital social), 100% dos direitos de voto.
- 

**ANEXO V**

Artigo 13º do REGIME JURÍDICO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO E DAS EMPRESAS PÚBLICAS

O **Conselho de Administração** da sociedade é composto por quatro elementos, sendo um deles designado Presidente.

Mandato 2015-2017

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES

*Presidente*

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE

*Vogal*

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES

*Vogal*

BERNARDO XAVIER ALABAÇA

*Vogal*

Por força do novo regime jurídico do setor público empresarial (NRJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro de 2013, os estatutos sociais foram parcialmente alterados, por deliberação da assembleia geral da Sociedade realizada em 23/07/2014, todavia, a redução para três do número de membros do Conselho de Administração só se aplica a partir do próximo mandato (cf. nº 3 do artigo 73.º do NRJSPE).

As funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração e as funções exercidas pelos mesmos noutras empresas encontram-se indicadas no ponto IV.B.8 do Relatório do Governo Societário.

Durante o exercício de 2015 realizaram-se 47 (*quarenta e sete*) reuniões do Conselho de Administração.

A DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A. tem a função de “Revisor Oficial de Contas” da PARUPS, S.A.



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



2.1 Balanços Individuais

PARUPS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015		2014		Notas	2015		2014	
		Ativo bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
<b>ATIVO</b>										
Ativos não correntes:										
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3	10.235	(10.235)	-	-	11	50	50	50	50
Outros investimentos	4	773.912	(302.562)	471.350	540.859	12	10.228	10.228	8.287	8.287
Total de ativos não correntes		784.147	(312.797)	471.350	540.859	12	(803.664)	(729.115)	(74.549)	(74.549)
Ativos correntes:										
Existências	5	84.177	(47.467)	36.710	39.113	13	94	94	-	-
Outras contas a receber	6	2.938	(1.519)	1.419	4.035	14	389.628	604.662	604.662	604.662
Estado e outros entes públicos	7	384	-	384	373	15	889.884	795.690	795.690	795.690
Investimentos detidos para negociação	8	105	-	105	150					
Outros ativos	9	9.520	-	9.520	-					
Caixa e equivalentes de caixa	10	3.071	-	3.071	57.227					
Total de ativos correntes		100.195	(48.986)	51.209	100.888					
Total do ativo		884.342	(361.783)	522.559	641.757					
Passivos não correntes:										
Provisões	13					13				
Empréstimos obrigacionistas	14					14				
Outros financiamentos obtidos	15					15				
Total de passivos não correntes										
Passivos correntes:										
Acionistas	16					16				
Empréstimos obrigacionistas	14					14				
Outros financiamentos obtidos	15					15				
Fornecedores	14									
Estado e outros entes públicos	7					7				
Outros passivos	17					17				
Total de passivos correntes										
Total do Passivo										
Total de passivo e de capital próprio										

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

## 2.2 Demonstrações dos Resultados Individuais

PARUPS, S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2015	2014
Vendas e prestações de serviços	18	3.299	18.693
Outros proveitos operacionais	19	4.740	10.295
<b>Total de proveitos operacionais</b>		<b>8.039</b>	<b>28.988</b>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das vendas	18	(3.228)	(19.410)
Fornecimentos e serviços externos	20	(446)	(879)
Gastos como pessoal	21	(122)	(134)
Provisões e perdas por imparidade	22	2.203	99.547
Outros custos operacionais	23	(49.478)	(138.916)
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>(51.071)</b>	<b>(59.792)</b>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>(43.032)</b>	<b>(30.804)</b>
Custos e perdas financeiros	24	(39.938)	(44.614)
Proveitos e ganhos financeiros	25	852	869
<b>Resultado líquido do exercício antes de imposto</b>		<b>(82.118)</b>	<b>(74.549)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(82.118)</b>	<b>(74.549)</b>
Número médio de ações ordinárias emitidas	11	10.000	10.000
Resultado por ação (milhares de Euros)		(8,21)	(7,45)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

### 2.3 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio Individual

PARUPS, S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	50	7.068	(619.448)	(109.667)	(721.997)
Aplicação do resultado de 2013	-	-	(109.667)	109.667	-
Rendimento integral do exercício	-	1.219	-	(74.549)	(73.330)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	50	8.287	(729.115)	(74.549)	(795.327)
Aplicação do resultado de 2014	-	-	(74.549)	74.549	-
Rendimento integral do exercício	-	1.941	-	(82.118)	(80.177)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	50	10.228	(803.664)	(82.118)	(875.504)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

**2.4 Demonstrações do Rendimento Integral Individual**

**PARUPS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(82.118)</b>	<b>(74.549)</b>
Outros investimentos:		
Reavaliação de outros investimentos	1.941	1.219
<b>Resultado não reconhecido na demonstração de resultados</b>	<b>1.941</b>	<b>1.219</b>
<b>Rendimento integral do exercício</b>	<b>(80.177)</b>	<b>(73.330)</b>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



## 2.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais

PARUPS, S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2015	2014
<b>ATIVIDADE OPERACIONAL</b>		
Recebimentos de clientes	3.905	139
Pagamentos a fornecedores	(547)	(661)
Pagamentos ao pessoal	(80)	(95)
Caixa gerada pelas operações	<u>3.278</u>	<u>(817)</u>
Outros (pagamentos) / recebimentos	(136)	(57)
Fluxos da atividade operacional	<u>3.142</u>	<u>(874)</u>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamentos respeitantes a:	(9.097)	396
Outros ativos	<u>(9.097)</u>	<u>396</u>
Recebimentos provenientes de:	30.492	43.948
Investimentos financeiros	841	973
Juros obtidos	-	19.372
Existências	<u>31.333</u>	<u>64.293</u>
Fluxos da atividade de investimento	<u>22.236</u>	<u>64.689</u>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos provenientes de:	83.676	163.961
Empréstimos obtidos	<u>83.676</u>	<u>163.961</u>
Pagamentos respeitantes a:	(140.096)	(158.738)
Empréstimos obtidos	(23.222)	(29.577)
Outros juros pagos	<u>(163.318)</u>	<u>(188.315)</u>
Fluxos da atividade de financiamento	<u>(79.642)</u>	<u>(24.354)</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(54.264)	39.461
Efeito das diferenças de câmbio	108	30
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.227	17.736
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.071	57.227

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Montantes em milhares de Euros – m euros, exceto quando expressamente indicado)

**1 Nota Introdutória**

A Parups, S.A. (“Sociedade” ou “Parups”) foi constituída através de escritura pública celebrada em 16 de setembro de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 2 de novembro de 2010. A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria, aquisição para a Sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e a respetiva gestão de bens pertencentes à Sociedade, assim como aquisição de imóveis e obras de arte para revenda.

Em dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), entidade atualmente designada por Banco BIC Português, S.A., ao Banco Efisa, S.A. e ao BPN Crédito - IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos seus balanços em 30 de novembro de 2010, pelo seu valor nominal. No âmbito desta operação, o BPN prestou uma carta-conforto à Sociedade, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta, na medida do enriquecimento obtido pelo BPN e pelas suas filiais, na alienação daqueles ativos, motivo pelo qual o Conselho de Administração entendeu não registar quaisquer imparidades nas demonstrações financeiras da Sociedade.

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

Em 9 de dezembro de 2011 foi assinado entre os acionistas do Banco BIC Português, S.A. e o Estado Português um Acordo Quadro relativo à aquisição da totalidade do capital social do BPN, operação que se concretizou em 30 de março de 2012. Decorrente do processo de reprivatização do BPN, a Sociedade adquiriu, durante o exercício de 2012, um conjunto de ativos a esta entidade.

As demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2015 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## **2 Políticas Contabilísticas**

### **2.1. Bases de apresentação das contas**

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Sociedade mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual da Sociedade, os investimentos em associadas e empresas do grupo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade e os outros investimentos ao justo valor. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.

### **2.2. Adoção de novas normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas**

A Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efetivas a 31 de dezembro de 2015, desde que aprovadas pela União Europeia.

### **Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício**

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	01-jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	01-jan-15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	01-jan-15	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	01-fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	01-fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	01-jan-16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	01-jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “Disclosure Initiative”	01-jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> <li>• uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;</li> <li>• uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;</li> <li>• informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e</li> <li>• outra informação na quarta secção</li> </ul>
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	01-jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção	01-jan-16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	01-jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente

Apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, estas normas não foram adotadas pela Sociedade no exercício de 31 de dezembro de 2015, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

### Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:



Norma / Interpretação	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 14 – Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados;
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rêdito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rêdito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rêdito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

### 2.3.Princípios contabilísticos

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade regista os proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações financeiras em empresas nas quais a Sociedade exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas atividades, denominadas “filiais”. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos seus resultados.

Inclui ainda as participações financeiras em empresas nas quais a Sociedade exerce um controlo conjunto sobre a sua gestão, denominadas “associadas”. Normalmente, assume-se a existência de controlo conjunto sempre que a



participação financeira se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto da associada.

Nos termos da Norma IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Separadas” estes investimentos encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade, de acordo com a Norma IAS 36. Aquando da existência de imparidade, o valor de balanço é ajustado pelo montante correspondente à participação no capital próprio das participadas (Nota 3).

c) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro. As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações e unidades de participação, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

d) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

- Investimentos detidos para negociação

Os investimentos detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável, obrigações e outros títulos transacionados em mercados ativos, adquiridos com o objetivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado.

Os investimentos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos investimentos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados

de acordo com o método da taxa efetiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Proveitos e ganhos financeiros”.

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

- Outros investimentos

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Unidades de participação em fundos de investimento;
- Ações; e
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Estes investimentos são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capital próprio, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Provisões e perdas por imparidade”, respetivamente.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Proveitos e ganhos financeiros” da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capitais classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Proveitos e ganhos financeiros” quando é estabelecido o direito da Sociedade ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os investimentos registados na categoria de “Investimentos detidos para negociação” e “Outros investimentos” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de investimentos financeiros é determinado com base em:



- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters incluindo preços de mercado disponíveis em transações recentes; e
- Preços (bid prices) indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos.

ii) Imparidade para outros investimentos

Conforme referido na Nota 2.3. i), os outros investimentos são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade ((perdas) / reversões)”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas, exceto no momento da alienação do ativo.

iii) Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv) Caixa e equivalentes de caixa



Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

e) Existências

As existências, que correspondem essencialmente a imóveis e obras de arte, encontram-se valorizadas ao menor do custo de aquisição ou valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

f) Impostos sobre lucros

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

g) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências diversas da Sociedade e encontram-se descritas na Nota 13.

#### 2.4. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

##### Continuidade de operações

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2015, apresentam capitais próprios negativos no montante de 875.504 m.euros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado Português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

##### Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Sociedade valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Na Nota 27 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção “Justo valor”, é apresentado um resumo das fontes utilizadas pela Sociedade no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.



Impostos diferidos não registados

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

**3. Investimentos em Associadas e Empresas do Grupo**

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Instrumentos de capital	4.379	4.379
Suprimentos	5.856	5.856
	<u>10.235</u>	<u>10.235</u>
Imparidade (Nota 22)		
· Instrumentos de capital	(4.379)	(4.379)
· Suprimentos	(5.856)	(5.856)
	<u>(10.235)</u>	<u>(10.235)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Instrumentos de capital” apresenta o seguinte detalhe:

	Participação direta	2015 e 2014		Valor líquido
		Valor de balanço	Imparidade	
<u>No país</u>				
PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A.	66,66%	1.500	(1.500)	-
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	400	(400)	-
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	1.829	(1.829)	-
PayUp Holding B.V.	19,50%	488	(488)	-
		<u>4.217</u>	<u>(4.217)</u>	<u>-</u>
<u>No estrangeiro</u>				
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	162	(162)	-
		<u>4.379</u>	<u>(4.379)</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Suprimentos” apresenta o seguinte detalhe:

	2015 e 2014		Valor líquido
	Valor de balanço	Imparidade	
<b>No país</b>			
PayUp Desenvolvimento de Negócios, S.A.	1.900	(1.900)	-
Calzeus - Calçado e Acessórios	255	(255)	-
	<u>2.155</u>	<u>(2.155)</u>	-
<b>No estrangeiro</b>			
Tecneira Moçambique, S.A.	3.701	(3.701)	-
	<u>5.856</u>	<u>(5.856)</u>	-

Os suprimentos concedidos a estas entidades não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido.

Em virtude das empresas associadas e subsidiárias se encontrarem maioritariamente em processo de insolvência ou liquidação não se encontram disponíveis dados financeiros atualizados das mesmas.

#### 4. Outros Investimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015			2014		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
<b>Instrumentos de dívida</b>						
De outros emissores nacionais	31.127	(28.363)	2.764	31.119	(28.363)	2.756
De outros emissores internacionais	7.392	(4.074)	3.318	9.564	(4.522)	5.042
	<u>38.519</u>	<u>(32.437)</u>	<u>6.082</u>	<u>40.683</u>	<u>(32.885)</u>	<u>7.798</u>
<b>Instrumentos de capital</b>						
. Unidades de participação	707.529	(254.449)	453.080	782.218	(260.521)	521.697
. Ações	27.589	(15.401)	12.188	26.354	(15.034)	11.320
	<u>735.118</u>	<u>(269.850)</u>	<u>465.268</u>	<u>808.572</u>	<u>(275.555)</u>	<u>533.017</u>
	<u>773.637</u>	<u>(302.287)</u>	<u>471.350</u>	<u>849.255</u>	<u>(308.440)</u>	<u>540.815</u>
<b>Suprimentos concedidos</b>						
	275	(275)	-	319	(275)	44
	<u>773.912</u>	<u>(302.562)</u>	<u>471.350</u>	<u>849.574</u>	<u>(308.715)</u>	<u>540.859</u>

No âmbito da operação de venda do BPN Gestão de Ativos – SGFIM, S.A. pela Parparticipadas, SGPS, S.A., ocorrida em 2012, o Estado Português garantiu a manutenção da gestão do fundo Diversificação por aquela sociedade gestora (atualmente designada por Patris Gestão de Ativos – SGFIM, S.A.) durante um período mínimo de 2 anos. Findo o período de manutenção da gestão, a Sociedade comunicou a liquidação do fundo, a qual veio a ocorrer em maio de 2014. Decorrente da liquidação do fundo, a Sociedade (seu único participante) foi reembolsada em espécie (unidades de participação de fundos de investimento existentes na carteira do Diversificação à data da sua liquidação), no montante de 122.384 m.euros e liquidez, no montante de 7.399 m.euros. Esta operação gerou um impacto negativo no resultado do exercício de 2014, no montante de 5.149 m.euros, o qual se detalha do seguinte modo:

	2014
Custo de aquisição	260.470
Valor recebido com a liquidação do fundo	(129.783)
Menos valia (Nota 23)	130.687
Reversão das perdas por imparidade (Nota 22)	(125.538)
	<u>5.149</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores nacionais” inclui obrigações emitidas pelo veículo de titularização Chaves SME CLO n.º 1, repartidas em diferentes classes de senioridade, cujo montante ascende a 25.213 m.euros. A Sociedade dispõe de imparidade para a totalidade destas obrigações, registada na rubrica “Imparidade para instrumentos de dívida”.

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo I.

### 5.Existências

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015			2014		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Imóveis	67.064	(41.556)	25.508	73.499	(45.603)	27.896
Obras de arte	17.060	(5.911)	11.149	17.064	(5.901)	11.163
Moedas comemorativas	53	-	53	374	(320)	54
	<u>84.177</u>	<u>(47.467)</u>	<u>36.710</u>	<u>90.937</u>	<u>(51.824)</u>	<u>39.113</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Obras de arte” inclui, essencialmente, obras de arte do pintor Joan Miró, adquiridas ao BPN durante o exercício de 2012, no âmbito do seu processo de reprivatização. A Sociedade dispõe de perdas por imparidade, no montante de 5.577 m.euros, para estes ativos, apurada a partir da média entre o valor máximo e o valor mínimo de venda estimado por um avaliador internacional independente.

No exercício de 2015 foi efetuada uma análise de sensibilidade ao mercado das obras de arte, onde se verificou que a evolução registada na Europa e nos Estados Unidos, em 2014 e 2015, não indica qualquer perda de profundidade no mercado em relação a 2013, motivo pelo qual o montante da imparidade registado não sofreu alteração face a 2014 e 2013.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe das rubricas “Imóveis” e “Imparidade – Imóveis” é o seguinte:

Imóvel	2015					Valor líquido em 31-12-2015
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto em 31-12-2015	Imparidade	
Herdade das Praias	2.465	-	29	2.494	-	2.494
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(2.156)	2.100
Largo Dr. Eugénio de Almeida nº 1-4	4.950	322	40	5.312	(4.004)	1.308
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	(352)	1.036
Av. André Jordan, Lote AL10	1.308	-	17	1.325	(306)	1.019
Nó do I.P. 3	3.633	267	33	3.933	(2.933)	1.000
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(9.172)	717
Rua Álvares Cabral	2.362	145	19	2.526	(1.842)	684
Catraia de Asseguins	1.080	70	9	1.159	(545)	614
Rua das Buganvílias, nº 25	1.453	87	12	1.552	(1.002)	550
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(2.392)	460
Avenida do Ultramar	431	28	3	462	(90)	372
Lugar do Barranquinho	300	13	2	315	-	315
Zona industrial da Barreira	1.704	111	14	1.829	(1.517)	312
	<b>36.826</b>	<b>2.151</b>	<b>315</b>	<b>39.292</b>	<b>(26.311)</b>	<b>12.981</b>
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 300 mEuros	<b>26.058</b>	<b>1.495</b>	<b>219</b>	<b>27.772</b>	<b>(15.245)</b>	<b>12.527</b>
	<b>62.884</b>	<b>3.646</b>	<b>534</b>	<b>67.064</b>	<b>(41.556)</b>	<b>25.508</b>

Imóvel	2014					Valor líquido em 31-12-2014
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto em 31-12-2014	Imparidade	
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(1.786)	2.470
Largo Dr.º Gregório de Almeida nº 1-4	4.950	322	40	5.312	(3.744)	1.568
Nó do I.P. 3	3.633	267	33	3.933	(2.753)	1.180
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	(253)	1.135
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(8.824)	1.065
Catraia de Asseguins	1.080	70	9	1.159	(445)	714
Rua das Buganvílias, nº 25	1.453	87	12	1.552	(1.001)	551
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(2.392)	460
Avenida do Ultramar	431	28	3	462	(49)	413
Av. Dr. Magalhães Lemos	1.073	70	9	1.152	(776)	376
Zona industrial da Barreira	1.704	111	14	1.829	(1.478)	351
Urb. Pedra Alçada Lote 55 J	534	32	4	570	(236)	334
Lugar do Barranquinho	300	13	2	315	-	315
Estrada de Campizes	395	21	3	419	(111)	308
Vale da Proa - Semide	473	27	4	504	(199)	305
	<b>33.166</b>	<b>2.156</b>	<b>270</b>	<b>35.592</b>	<b>(24.047)</b>	<b>11.545</b>
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 300 mEuros	<b>35.620</b>	<b>1.991</b>	<b>296</b>	<b>37.907</b>	<b>(21.556)</b>	<b>16.351</b>
	<b>68.786</b>	<b>4.147</b>	<b>566</b>	<b>73.499</b>	<b>(45.603)</b>	<b>27.896</b>

A rubrica “Imparidade para existências - imóveis” diz respeito à imparidade registada para imóveis adquiridos pela Sociedade, apurada, essencialmente, com base em avaliações de peritos avaliadores.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2015 existem dez imóveis, no montante líquido de 7.958 m.euros, para os quais já foram assinados contratos promessa de compra e venda, tendo os respetivos compradores efetuado adiantamentos, no montante de 3.175 m.euros, registados na rubrica “Outros passivos” (Nota 17). Em 31 de dezembro de 2015, os referidos imóveis encontram-se registados pelo seu valor estimado de venda, quando este se apresenta inferior ao valor de aquisição, conforme se detalha abaixo:

Imóvel	2015			Valor de venda	Adiantamentos de clientes
	Valor de aquisição	Imparidade	Valor Líquido		
Prédio urbano - Setúbal	2.494	-	2.494	4.010	1.905
Prédio (escritórios e lojas) - Matosinhos	4.256	(2.156)	2.100	2.100	315
Armazém industrial - Trouxemil	3.934	(2.934)	1.000	1.000	-
Moradia - Loulé	1.551	(1.001)	550	550	423
Moradia - Quinta do Lago - Almancil	681	(171)	510	510	155
Moradia - Quinta do Lago - Almancil	644	(134)	510	510	155
Prédio em construção - Alcobaça	2.852	(2.392)	460	460	115
Moradia - Rio de Mouro	495	(265)	230	230	25
Apartamento - Maia	128	(56)	72	72	72
Terreno urbano - Miranda do Corvo	32	-	32	65	10
	<u>17.067</u>	<u>(9.109)</u>	<u>7.958</u>	<u>9.507</u>	<u>3.175</u>

## 6. Outras Contas a Receber

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Outras Contas a Receber:		
Banco BIC Português, S.A.	2.763	2.763
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	92	244
Clientes	1	6
Outras contas a receber	11	977
	<u>2.867</u>	<u>3.990</u>
Adiantamentos a fornecedores	71	45
Imparidade Outras Contas a Receber (Nota 22):		
Banco BIC Português, S.A.	(1.519)	-
	<u>1.419</u>	<u>4.035</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor a receber do Banco BIC Português, S.A. diz respeito a um adiantamento efetuado pela Sociedade para aquisição de imóveis detidos por aquela entidade e que aguardam a realização de escritura. Este montante corresponde ao valor líquido contabilístico destes imóveis em 29 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2015 encontra-se registada uma imparidade, no montante de 1.519 m.euros, para fazer face a perdas com estes imóveis, apuradas com base em avaliações de peritos independentes.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor a receber registado na rubrica “Fundo Capital de Risco do Banco Efisa” diz respeito a saldos que aquele fundo tinha a receber e que, na sequência da sua liquidação, foram distribuídos pelos seus participantes.



## 7.Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
<u>Estado e outros entes públicos - ativo</u>		
Retenções na fonte	239	258
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	51	58
IMT - valores a receber	43	43
Pagamento especial por conta	51	14
	<u>384</u>	<u>373</u>
<u>Estado e outros entes públicos - passivo</u>		
Contribuições para a Segurança Social	3	3
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1	2
	<u>4</u>	<u>5</u>

A Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2014 foi de 22,5% e 24,5%, respetivamente. Adicionalmente, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, o lucro tributável está sujeito a derrama estadual, de acordo com os seguintes intervalos: (i) entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, de 3%; (ii) entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, de 5%; e (iii) superior a 35.000.000 euros, de 7%.

Adicionalmente, algumas despesas incorridas pela Sociedade são tributadas autonomamente em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2010 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme referido na Nota 1, em dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao BPN, ao Banco Efisa, S.A. e ao BPN Crédito – IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos balanços dessas entidades em 30 de novembro de 2010, pelo seu valor nominal. Atendendo às regras em vigor, para efeitos fiscais, a operação de compra deve ser reconhecida pelo respetivo valor de mercado. Assim, na data em que os ativos em apreço saírem do seu balanço, total ou parcialmente (momento esse em que serão realizados os impactos fiscais definitivos na demonstração de resultados quer por via de mais valias ou perdas assumidas), para efeitos do apuramento dos ganhos ou perdas fiscais, a Sociedade deverá considerar como valor de aquisição o respetivo valor de mercado à data da operação inicial (30 de novembro de 2010).

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”) apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados no período de tributação de 2012, de quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, de acordo com o

enquadramento legal em vigor, a dedução dos PFR encontra-se limitada a 70% do lucro tributável em cada ano.

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos ativos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a sociedade não apurou lucro tributável nem tributações autónomas, consequentemente o saldo de imposto sobre o rendimento do exercício é nulo.

A Sociedade não reconheceu ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças. Em 31 de dezembro de 2015, os prejuízos fiscais reportáveis, para os quais a Sociedade não reconheceu ativos por impostos diferidos ascendem a 332.067 m.euros.

## **8. Investimentos Detidos Para Negociação**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Título	2015			
	Quantidade	Cotação unitária	Valor de aquisição	Valor de balanço em 31-12-2015
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,105	920	105

Título	2014			
	Quantidade	Cotação unitária	Valor de aquisição	Valor de balanço em 31-12-2014
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,15	920	150

## **9. Outros Ativos**

Em 31 de dezembro de 2015, o valor desta rubrica refere-se a um Certificado Especial de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), no montante de 9.520 m.euros, emitido pelo IGCP – Agência Gestão Tesouraria e Dívida Pública (IGCP), o qual é remunerado à taxa anual nominal de 0,01% e tem o seu reembolso em 8 de abril de 2016.

### **10. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos à ordem		
Banco BIC Português, S.A.	2.461	9.461
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	602	7.744
Agência de Gestão de Tesouraria	-	16
Outros	8	6
	<u>3.071</u>	<u>17.227</u>
Depósitos a prazo		
Banco BIC Português, S.A.	-	40.000
	<u>3.071</u>	<u>57.227</u>

Em 31 de dezembro de 2014, o depósito a prazo, no montante de 40.000 m.euros, encontrava-se domiciliado no Banco BIC, teve início em 29 de dezembro de 2014, era remunerado à taxa anual nominal de 0,07% e teve o seu vencimento em 5 de janeiro de 2015.

### **11. Capital**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por dez mil ações com o valor nominal de cinco Euros cada uma, sendo detidas na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2015, apresentam capitais próprios negativos no montante de 875.504 m.euros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do BPN, acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais e o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

### **12. Reservas de Reavaliação, Resultados Transitados e Resultado Líquido do Exercício**

As rubricas reserva de reavaliação, resultados transitados e resultado líquido, têm a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reservas de reavaliação		
. Reserva de justo valor	10.228	8.287
Resultados transitados	(803.664)	(729.115)
Resultado líquido do exercício	(82.118)	(74.549)
	<u>(875.554)</u>	<u>(795.377)</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Reservas de reavaliação” diz respeito às mais e menos valias potenciais, relativas à carteira de títulos classificados como “Outros investimentos”.

### 13. Provisões

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de provisões é referente:

	<u>2015</u>
Provisões Imoglobal	77
Processos judiciais em curso	<u>17</u>
	<u><u>94</u></u>

No dia 23 de fevereiro de 2015, foi celebrada a Escritura de dissolução, liquidação e partilha do Fundo Imoglobal, entre a Imofundos, sociedade gestora do Fundo, e a Parups, através da qual foi deliberado por unanimidade proceder à aprovação do balanço final elaborado para efeitos de liquidação e partilha imediata do Fundo. Deste modo, o montante registado na rubrica “Provisões Imoglobal”, diz respeito às provisões que se encontravam registadas no Fundo Imoglobal e que integraram o balanço da Parups (Nota 22).

No exercício de 2015, a Sociedade registou na rubrica “Provisões para processos judiciais em curso” uma provisão, no montante de 17 m.euros, para fazer face às responsabilidades que lhe podem vir a ser imputadas, decorrente de um processo judicial instaurado pela Direção-Geral do Património Cultural, naquele montante (Nota 22).

### 14. Empréstimos Obrigacionistas

Esta rubrica corresponde a um empréstimo obrigacionista, emitido pela Sociedade em 30 de dezembro de 2010. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., apresentam garantia do Estado Português e encontram-se admitidas a negociação na Euronext Lisbon e apresenta a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Passivo não corrente:</u>		
Obrigações em circulação	389.582	604.598
Juros a pagar	43	60
Comissão de garantia a pagar	<u>3</u>	<u>4</u>
	389.628	604.662
<u>Passivo corrente:</u>		
Obrigações em circulação	74.920	-
	<u><u>464.548</u></u>	<u><u>604.662</u></u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as principais condições desta emissão são as seguintes:

Obrigaço	Valor nominal unitário	Quantidade	Montante 31-12-2015	Montante 31-12-2014	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de Juro nominal a 31-12-2015	Taxa de Juro nominal a 31-12-2014	Clausula de reembolso antecipado
Parups	50.000	14.557	464.502	604.598	30-12-2020	Euribor 12M + 3,25%	3,310%	3,578%	"Call Option", total ou parcial, por redução ao valor nominal das obrigações, a partir da 2ª data de pagamento de juros (inclusive).

Em 31 de dezembro de 2015, a parcela do empréstimo obrigacionista classificada em passivo corrente respeita ao reembolso previsto ser efetuado no exercício de 2016, o qual corresponde a uma amortização de 10,29% do valor nominal inicial.

### 15.Outros Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica inclui os seguintes montantes:

	2015	2014
<u>Passivo não corrente</u>		
Financiamento obtido - DGTF	816.884	733.208
Juros a pagar - DGTF	42.375	25.725
Financiamento obtido - Parvalorem	30.625	36.757
	<u>889.884</u>	<u>795.690</u>
<u>Passivo corrente</u>		
Financiamento obtido - Parvalorem	4.375	-
	<u>894.259</u>	<u>795.690</u>

Os financiamentos obtidos apresentam as seguintes condições a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Entidade	Data de início / Aditamento	Montante contratado	Saldos em 31-12-2015			Vencimento	Reembolso	Taxa de juro nominal em 31-12-2015
			Capital em dívida	Juros	Total			
DGTF	02-12-2014	6.325	6.325	1.324	7.649	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	5,49%
DGTF	02-12-2014	279.732	279.732	23.977	303.709	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	2,79%
DGTF	02-12-2014	200.000	200.000	11.669	211.669	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	2,36%
DGTF	02-12-2014	83.190	83.190	2.383	85.573	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,39%
DGTF	02-12-2014	68.900	68.900	1.565	70.465	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,40%
DGTF	23-12-2014	95.061	95.061	1.454	96.515	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,50%
DGTF	28-12-2015	83.676	83.676	3	83.679	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	0,70%
Parvalorem, S.A.	18-12-2014	35.000	35.000	-	35.000	22-03-2022	Primeira prestação trimestral de capital vence a 22 de junho de 2016	0,00%
		<u>851.884</u>	<u>851.884</u>	<u>42.375</u>	<u>894.259</u>			



Entidade	Data de início / Aditamento	Montante contratado	Saldos em 31-12-2014			Vencimento	Reembolso	Taxa de juro nominal em 31-12-2014
			Capital em dívida	Juros	Total			
DGTF	29-03-2012	6.325	6.325	971	7.296	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	5,49%
DGTF	20-12-2012	279.732	279.732	16.065	295.797	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	2,79%
DGTF	24-07-2013	200.000	200.000	6.883	206.883	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	2,36%
DGTF	19-12-2013	83.190	83.190	1.211	84.401	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,39%
DGTF	26-05-2014	68.900	68.900	587	69.487	31-12-2019	Bullet de capital e juros	1,40%
DGTF	23-12-2014	95.061	95.061	8	95.069	31-12-2019	Primeira prestação de capital e juros vence a 31 de dezembro de 2018	1,50%
Parvalorem, S.A.	04-06-2014	35.000	36.757	-	36.757	22-03-2022	Primeira prestação trimestral de capital vence a 22 de junho de 2022	0,00%
		<b>768.208</b>	<b>769.965</b>	<b>25.725</b>	<b>795.690</b>			

Nos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015 foram concedidos à Sociedade empréstimos pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças (DGTF), nos montantes globais de 286.057 m.euros, 283.190 m.euros, 163.961 m.euros e 83.676 m.euros, respetivamente. Estes financiamentos foram concedidos com a finalidade de pagamento parcial da aquisição de ativos ao BPN, amortização do empréstimo contraído junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e amortização parcial do empréstimo obrigacionista. Estes financiamentos serão reembolsados em duas prestações, nas datas de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

Em 29 de março de 2012 foi celebrada a cessão de crédito entre o BPN e a Parvalorem, S.A. e das respetivas garantias, do financiamento contratado em março de 2012 com esta entidade, pelo valor de 35.000 m.euros. Decorrente do aditamento celebrado em 4 de junho de 2014, o atual financiamento não é remunerado e será reembolsado em vinte e quatro prestações trimestrais, a iniciar em 22 de junho de 2016.

## 16. Acionistas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica diz respeito a um adiantamento efetuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 m.euros, que não foi objeto de formalização.

## 17. Outros Passivos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 5)	3.175	727
Encargos com pessoal a pagar	19	19
Proveitos diferidos - renda de imóveis	7	6
Comissões a pagar	-	4
Outros custos a pagar	750	744
	<b>3.951</b>	<b>1.500</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Adiantamentos por conta de vendas” inclui os montantes adiantados por clientes para a aquisição de imóveis (Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros custos a pagar” inclui, essencialmente, 500 m.euros relativos à caução entregue pela leiloeira Christie’s no âmbito do processo de leilão das obras de arte do pintor Joan Miró.

### **18. Vendas e Prestação de Serviços e Custos das Vendas**

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
<b>Vendas:</b>		
Imóveis	3.299	3.002
Moedas comemorativas	-	15.691
	<u>3.299</u>	<u>18.693</u>
<b>Custo das vendas:</b>		
Imóveis	3.228	3.578
Moedas comemorativas	-	15.832
	<u>3.228</u>	<u>19.410</u>

### **19. Outros Proveitos Operacionais**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Ganhos cambiais	1.934	1.328
Correcções relativas a períodos anteriores	1.757	-
Juros recebidos de instrumentos de dívida	454	626
Ganhos em alienações de títulos	393	7.832
Rendas de imóveis	163	171
Outros rendimentos e ganhos	39	338
	<u>4.740</u>	<u>10.295</u>

O montante registado na rubrica “Correcções relativas a períodos anteriores”, refere-se à alteração no montante em dívida do empréstimo entre a Parups e a Parvalorem. Em 18 de dezembro de 2014, foi celebrada a alteração número 1 ao acordo de pagamento de dívida entre aquelas entidades, que visou corrigir o montante de 36.757 m.euros considerado como dívida no Acordo de Pagamento de Dívida celebrado em 4 de junho de 2014, para o montante de 35.000 m.euros (Nota 15).

No exercício de 2014, a rubrica “Ganhos em alienações de títulos” corresponde às mais-valias obtidas decorrente da venda de títulos, representada maioritariamente pelo seguinte detalhe:

	2014		
	Custo de aquisição	Valor de venda	Mais valia
CHAVES SME CLO N.º 1 - C	2.880	10.530	7.650
PATRIS - Acções Europa	4.691	4.750	59
PATRIS - Conservador	7.264	7.316	52
Outros não detalhados	n.d.	n.d.	71
	<u>14.835</u>	<u>22.596</u>	<u>7.832</u>



## **20. Fornecimento e serviços Externos**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Trabalhos especializados		
. Auditores	49	58
. Advogados	22	56
. Inspeções e avaliações	15	-
. Outros	214	247
Serviços diversos	98	255
Conservação e reparação de imóveis	20	117
Vigilância e segurança	5	50
Honorários	2	12
Outros	21	84
	446	879

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica “Trabalhos especializados – Auditores” inclui o montante de 49 m.euros e 58 m.euros, respetivamente, relativos aos honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante os exercícios de 2015 e 2014, respeitantes integralmente à revisão legal das contas, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

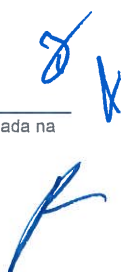
Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica “Trabalhos especializados – Outros” inclui, essencialmente, os custos associados à subcontratação de serviços de administração de imóveis por entidades externas.

## **21. Gastos com o Pessoal**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	99	106
Encargos sobre remunerações	23	28
	122	134

A Sociedade não tem quadro de pessoal, excetuando órgãos sociais, sendo os serviços administrativos assegurados, na sua maioria, por diversas áreas funcionais da entidade do grupo Parvalorem, S.A..



## 22. Provisões e Perdas por Imparidade

O movimento ocorrido nestas rubricas nos exercícios de 2015 e 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	2015					Saldo em 31-12-2015
	Saldo em 31-12-2014	Reforços	Reposições e anulações	Outros	Utilizações	
Imparidade para investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 3)	10.235	-	-	-	-	10.235
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	308.715	41.712	(47.922)	57	-	302.562
Imparidade para existências (Nota 5)	51.824	2.791	(320)	-	(6.828)	47.467
Imparidade para outras contas a receber (Nota 6)	-	1.519	-	-	-	1.519
Provisões (Nota 13)	-	17	-	77	-	94
	<u>370.774</u>	<u>46.039</u>	<u>(48.242)</u>	<u>134</u>	<u>(6.828)</u>	<u>361.877</u>

	2014				Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2013	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade para investimentos em associadas e empresas do grupo (Nota 3)	17.885	-	-	(7.650)	10.235
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	415.420	30.593	(137.255)	(43)	308.715
Imparidade para existências (Nota 5)	57.713	7.115	-	(13.004)	51.824
	<u>491.018</u>	<u>37.708</u>	<u>(137.255)</u>	<u>(20.697)</u>	<u>370.774</u>

No exercício de 2015, as utilizações de imparidade respeitam à alienação de 102 imóveis.

No exercício de 2014, as utilizações de imparidade respeitam, essencialmente, à alienação de moedas comemorativas, no montante de 9.583 m.euros e à liquidação da participação financeira no fundo do Banco Efisa, no montante de 7.650 m.euros.

As reversões de imparidade, efetuadas no decurso do exercício de 2015, na rubrica “Imparidade para outros investimentos”, no montante de 47.922 m.euros, dizem essencialmente respeito à reversão da imparidade constituída para o investimento financeiro no fundo de investimento imobiliário Imoglobal, no montante de 46.897 m.euros, o qual foi liquidado no decurso do corrente exercício. De referir que o impacto líquido desta operação, no resultado do exercício de 2015, foi negativo em 32 m.euros (Nota 23).

As reversões de imparidade, efetuadas no decurso do exercício de 2014, na rubrica “Imparidade para outros investimentos”, no montante de 137.255 m.euros, dizem essencialmente respeito à reversão da imparidade constituída para o investimento financeiro no fundo BPN Diversificação, no montante de 125.538 m.euros, o qual foi liquidado no decurso do corrente exercício. De referir que o impacto líquido desta operação, nos resultados do exercício de 2014, foi negativo em 5.149 m.euros (Notas 4 e 23).

### 23. Outros Custos Operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Perdas em alienações de títulos	47.654	137.971
Perdas cambiais	1.360	253
Impostos	129	636
Outros gastos e perdas	13	56
Quebras	322	-
	<u>49.478</u>	<u>138.916</u>

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica “Perdas em alienações de títulos” corresponde às menos valias obtidas decorrente da venda de títulos, representada maioritariamente pelo seguinte detalhe:

	2015		
	Custo de aquisição	Valor de venda	Menos valia
Fnd. Inv. Imb. Fec. BPN Imoglobal (Nota 22)	74.747	27.818	46.929
Phoenix CLO II, LTD - Class 3 Combination Note	1.517	1.161	356
LON&CAP REAL ESTATE FUND	303	87	216
The Infrastructure and Growth Capital Fund, L.P.	584	490	94
Outros	n.d.	n.d.	59
	<u>77.151</u>	<u>29.556</u>	<u>47.654</u>

	2014		
	Custo de aquisição	Valor de venda	Menos valia
Fnd. Esp. Inv. BPN Diversificação (Nota 22)	260.470	129.783	130.687
Fnd. Cpt. Rsc. BPN Gs Activos Valorização Patrimonial	20.582	15.108	5.474
White Pine Corporation Limited Series 2004-9	484	-	484
FCP Outperformance	2.000	1.601	399
Eden Rock Finance Master Limited	288	9	279
White Pine Corporation Limited Series 2005-1	183	-	183
Outros	n.d.	n.d.	465
	<u>284.007</u>	<u>146.501</u>	<u>137.971</u>

### 24. Custos e Perdas Financeiros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<u>Juros e encargos similares</u>		
· Empréstimo obrigacionista	21.916	26.625
· Outros empréstimos	17.935	17.748
	<u>39.851</u>	<u>44.373</u>
<u>Perdas em investimentos detidos para negociação</u>		
· Instrumentos de capital	87	241
	<u>39.938</u>	<u>44.614</u>

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica “Juros e encargos similares – Empréstimos obrigacionista” inclui os montantes de 1.225 m.euros e 1.405 m.euros respetivamente,





relativos à comissão de garantia devida ao Estado Português pela emissão do empréstimo obrigacionista pela Sociedade (Nota 14).

## 25. Proveitos e Ganhos Financeiros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Dividendos de instrumentos financeiros	423	396
Juros de aplicações financeiras	386	302
Ganhos de instrumentos financeiros detidos para negociação	42	171
Outros	1	-
	<u>852</u>	<u>869</u>

## 26. Relato por Segmentos

A distribuição dos principais ativos, passivos e rubricas de resultados por linha de negócio e mercados geográficos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

### Linhas de negócio

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a atividade da Sociedade corresponde integralmente à gestão de investimentos financeiros e de imóveis.

### Mercados Geográficos

	2015					Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	África	Outros	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	458.729	3.550	5.378	864	2.829	471.350
Investimentos detidos para negociação	105	-	-	-	-	105
Outros ativos	9.520	-	-	-	-	9.520
Caixa e equivalentes de caixa	3.071	-	-	-	-	3.071
Outros	38.513	-	-	-	-	38.513
Ativo líquido total	<u>509.938</u>	<u>3.550</u>	<u>5.378</u>	<u>864</u>	<u>2.829</u>	<u>522.569</u>
Empréstimos obrigacionistas	464.548	-	-	-	-	464.548
Outros financiamentos obtidos	894.259	-	-	-	-	894.259
Outros	39.256	-	-	-	-	39.256
Passivo Total	<u>1.398.063</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.398.063</u>

	2014					Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	África	Outros	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	528.049	4.497	6.759	897	657	540.859
Investimentos detidos para negociação	150	-	-	-	-	150
Caixa e equivalentes de caixa	57.227	-	-	-	-	57.227
Outros	43.521	-	-	-	-	43.521
Ativo líquido total	<u>628.947</u>	<u>4.497</u>	<u>6.759</u>	<u>897</u>	<u>657</u>	<u>641.757</u>
Empréstimos obrigacionistas	604.662	-	-	-	-	604.662
Outros financiamentos obtidos	795.690	-	-	-	-	795.690
Outros	36.732	-	-	-	-	36.732
Passivo Total	<u>1.437.084</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.437.084</u>



	2015					
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	África	Outros	Total
	Vendas e prestações de serviços	3.299	-	-	-	-
Outros proventos operacionais	4.740	-	-	-	-	4.740
Custo das vendas	(3.228)	-	-	-	-	(3.228)
Fornecimentos e serviços externos	(446)	-	-	-	-	(446)
Custos com pessoal	(122)	-	-	-	-	(122)
Perdas por imparidade	1.579	24	-	-	600	2.203
Outros custos operacionais	(49.478)	-	-	-	-	(49.478)
	<u>(43.656)</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>600</u>	<u>(43.032)</u>
Proventos e ganhos financeiros	852	-	-	-	-	852
Custos e perdas financeiras	(39.938)	-	-	-	-	(39.938)
	<u>(82.742)</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>600</u>	<u>(82.118)</u>

	2014					
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	África	Outros	Total
	Vendas e prestações de serviços	18.693	-	-	-	-
Outros proventos operacionais	10.295	-	-	-	-	10.295
Custo das vendas	(19.410)	-	-	-	-	(19.410)
Fornecimentos e serviços externos	(879)	-	-	-	-	(879)
Perdas por imparidade	97.480	2.210	-	503	(646)	99.547
Custos com pessoal	(134)	-	-	-	-	(134)
Outros custos operacionais	(138.916)	-	-	-	-	(138.916)
	<u>(32.871)</u>	<u>2.210</u>	<u>-</u>	<u>503</u>	<u>(646)</u>	<u>(30.804)</u>
Proventos e ganhos financeiros	869	-	-	-	-	869
Custos e perdas financeiras	(44.614)	-	-	-	-	(44.614)
	<u>(76.616)</u>	<u>2.210</u>	<u>-</u>	<u>503</u>	<u>(646)</u>	<u>(74.549)</u>

## 27. Entidades Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são consideradas entidades relacionadas da Sociedade, o seu acionista, as suas participadas, a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), as outras entidades pertencentes ao Estado Português e os órgãos de gestão da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo participações financeiras:

	2015				
	DGTF	CGD	Paralorem	Outras entidades pertencentes ao Estado	Órgãos sociais
<b>Ativo:</b>					
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	384	-
Outros ativos	-	-	-	9.520	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9 e 10)	-	602	-	-	-
	-	<u>602</u>	-	<u>9.904</u>	-
<b>Passivo:</b>					
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	4	-
Empréstimos obrigacionistas (Nota 14)	-	464.548	-	-	-
Outros financiamentos obtidos (Nota 15)	859.259	-	35.000	-	-
Acionistas (Nota 16)	35.193	-	-	-	-
	<u>894.452</u>	<u>464.548</u>	<u>35.000</u>	<u>4</u>	-
<b>Custos:</b>					
Custos e perdas financeiros (Nota 24)	(17.935)	(21.916)	-	-	-
Custos com pessoal (Nota 21)	-	-	-	-	99
<b>Proventos:</b>					
Proventos e ganhos financeiros (Nota 25)	-	-	-	361	-
	<u>876.517</u>	<u>443.234</u>	<u>35.000</u>	<u>10.269</u>	<u>99</u>

	2014				
	DGTF	CGD	Paralorem	Outras entidades pertencentes ao Estado	Órgãos sociais
<b>Ativo:</b>					
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	373	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	7.744	-	16	-
	-	7.744	-	389	-
<b>Passivo:</b>					
Estado e outros entes públicos (Nota 7)	-	-	-	5	-
Empréstimos obrigacionistas (Nota 13)	-	604.662	-	-	-
Outros financiamentos obtidos (Nota 14)	758.933	-	36.757	-	-
Acionistas (Nota 15)	35.193	-	-	-	-
	794.126	604.662	36.757	5	-
<b>Custos:</b>					
Outros custos operacionais (Nota 22)	-	-	-	636	-
Custos e perdas financeiros (Nota 23)	16.223	28.065	85	-	-
Custos com pessoal (Nota 21)	-	-	-	-	106
<b>Proveitos:</b>					
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 24)	-	46	-	-	-
	810.349	640.517	36.842	1.030	106

## 28.Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

A preparação das divulgações relativas a instrumentos financeiros apresenta limitações decorrentes da falta de qualidade da informação de base. Neste contexto, as informações apresentadas refletem o esforço desenvolvido pela Sociedade face às limitações existentes.

### Políticas de gestão do risco

#### *Risco de Taxa de Juro*

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e no capital próprio de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. Incorre-se na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da atividade, se contratam operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação em 2015 e 2014, é apresentado no quadro seguinte:

	2015							Total
	Datas de Refixação / Datas de Maturidade						Não sujeito a risco taxa de juro	
	<= 1 Mês	> 1 Mês <= 3 Meses	> 3 Meses <= 6 Meses	> 6 Meses <= 12 Meses	> 12 Meses <= 3 Anos	> 3 Anos		
<b>Ativo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	3.071	3.071
Outros ativos	-	-	9.520	-	-	-	-	9.520
Outros investimentos	2.245	3.837	-	-	-	-	465.268	471.350
	2.245	3.837	9.520	-	-	-	468.339	483.941
<b>Passivo</b>								
Empréstimos bancários e outros financiamentos	-	-	-	-	859.259	-	35.000	894.259
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	464.548	-	-	-	464.548
Acionistas	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
	-	-	-	464.548	859.259	-	70.193	1.394.000
Exposição Líquida	2.245	3.837	9.520	(464.548)	(859.259)	-	398.146	(910.059)

	2014							Total
	Datas de Reflexão / Datas de Maturidade							
	< = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 6 Meses < = 12 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Não sujeito a risco taxa de juro	
<b>Ativo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	40.000	-	-	-	-	-	17.227	57.227
Outros investimentos	3.681	3.674	443	-	-	-	533.061	540.859
	<u>3.681</u>	<u>3.674</u>	<u>443</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>533.061</u>	<u>540.859</u>
<b>Passivo</b>								
Empréstimos bancários e outros financiamentos	-	-	-	-	-	795.690	-	795.690
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	604.662	-	-	-	604.662
Acionistas	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
	-	-	-	<u>604.662</u>	-	<u>795.690</u>	<u>35.193</u>	<u>1.435.545</u>
Exposição Líquida	<u>3.681</u>	<u>3.674</u>	<u>443</u>	<u>(604.662)</u>	<u>-</u>	<u>(795.690)</u>	<u>497.868</u>	<u>(894.686)</u>

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus ativos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a liquidez da Sociedade é assegurada na sua totalidade pelo Estado Português.

Os cash-flows previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2015							Total
	Prazos Residuais Contratuais							
	Até 1 Mês	De 1 Mês a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	3.071	-	-	-	-	-	-	3.071
Outros ativos	-	9.520	-	-	-	-	-	9.520
Outros investimentos	-	7.251	-	692	2.626	2.764	458.017	471.350
	<u>3.071</u>	<u>16.771</u>	<u>-</u>	<u>692</u>	<u>2.626</u>	<u>2.764</u>	<u>458.017</u>	<u>483.941</u>
<b>Passivo</b>								
Empréstimos bancários e outros financiamentos	-	4.375	882.593	-	-	7.291	-	894.259
Empréstimos obrigacionistas	-	74.920	172.315	97.395	119.918	-	-	464.548
Acionistas	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
	-	<u>79.295</u>	<u>1.054.908</u>	<u>97.395</u>	<u>119.918</u>	<u>7.291</u>	<u>35.193</u>	<u>1.394.000</u>
Diferencial	<u>3.071</u>	<u>(62.524)</u>	<u>(1.054.908)</u>	<u>(96.703)</u>	<u>(117.292)</u>	<u>(4.527)</u>	<u>422.824</u>	<u>(910.059)</u>

	2014							Total
	Prazos Residuais Contratuais							
	Até 1 Mês	De 1 Mês a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	57.227	-	-	-	-	-	-	57.227
Outros investimentos	-	443	-	1.010	4.032	2.313	533.061	540.859
	<u>57.227</u>	<u>443</u>	<u>-</u>	<u>1.010</u>	<u>4.032</u>	<u>2.313</u>	<u>533.061</u>	<u>598.086</u>
<b>Passivo</b>								
Empréstimos bancários e outros financiamentos	-	-	10.721	771.185	13.784	-	-	795.690
Empréstimos obrigacionistas	-	69.162	181.379	215.927	138.194	-	-	604.662
Acionistas	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
	-	<u>69.162</u>	<u>192.100</u>	<u>987.112</u>	<u>151.978</u>	<u>-</u>	<u>35.193</u>	<u>1.435.545</u>
Diferencial	<u>57.227</u>	<u>(68.719)</u>	<u>(192.100)</u>	<u>(986.102)</u>	<u>(147.946)</u>	<u>2.313</u>	<u>497.868</u>	<u>(837.459)</u>

### Risco de crédito

#### Qualidade do risco de crédito dos instrumentos de dívida

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pela Sociedade:

	2015			Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	
<i>Outros investimentos:</i>				
AAA	-	1.083	-	1.083
AA- até AA+	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-
Menor que A-	-	2.235	-	2.235
Sem Rating	2.764	-	-	2.764
	<u>2.764</u>	<u>3.318</u>	<u>-</u>	<u>6.082</u>
<i>Emitidos por:</i>				
Instituições financeiras	2.764	-	-	2.764
Outros emitentes	-	3.318	-	3.318
	<u>2.764</u>	<u>3.318</u>	<u>-</u>	<u>6.082</u>

	2014			Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	
<i>Outros investimentos:</i>				
AAA	-	-	1.010	1.010
AA- até AA+	-	1.099	-	1.099
A- até A+	-	-	-	-
Menor que A-	-	2.933	-	2.933
Sem Rating	2.756	-	-	2.756
	<u>2.756</u>	<u>4.032</u>	<u>1.010</u>	<u>7.798</u>
<i>Emitidos por:</i>				
Instituições financeiras	2.756	-	-	2.756
Outros emitentes	-	4.032	1.010	5.042
	<u>2.756</u>	<u>4.032</u>	<u>1.010</u>	<u>7.798</u>

### ***Risco de Mercado***

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de fatores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, spreads de crédito, preços de ações e preços de mercadorias.

### ***Risco de Taxa de juro – Análise de sensibilidade***

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2015					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
<i>Ativo</i>						
Outros investimentos	17	8	4	(4)	(8)	(17)
Outros ativos	69	34	17	(17)	(34)	(69)
Total ativo sensível	<u>86</u>	<u>42</u>	<u>21</u>	<u>(21)</u>	<u>(42)</u>	<u>(86)</u>
<i>Passivo</i>						
Empréstimos bancários e outros financiamentos	(32.996)	(16.498)	(8.249)	8.249	16.498	32.996
Empréstimos obrigacionistas	(6.689)	(3.345)	(1.672)	1.672	3.345	6.689
Total passivo sensível	<u>(39.685)</u>	<u>(19.843)</u>	<u>(9.921)</u>	<u>9.921</u>	<u>19.843</u>	<u>39.685</u>
Total Ganho / Perda	<u>(39.599)</u>	<u>(19.801)</u>	<u>(9.900)</u>	<u>9.900</u>	<u>19.801</u>	<u>39.599</u>



	2014					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
<b>Ativo</b>						
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	22	11	6	(6)	(11)	(22)
Total ativo sensível	22	11	6	(6)	(11)	(22)
<b>Passivo</b>						
Empréstimos bancários e outros financiamentos	(29.143)	(14.572)	(7.286)	7.286	14.572	29.143
Empréstimos obrigacionistas	(8.707)	(4.354)	(2.177)	2.177	4.354	8.707
Total passivo sensível	(37.850)	(18.926)	(9.463)	9.463	18.926	37.850
Total Ganho / Perda	(37.828)	(18.915)	(9.457)	9.457	18.915	37.828

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2015 e 2014, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2015					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com juros	(226)	(113)	(56)	56	113	226
Custos com juros	2.323	1.161	581	(581)	(1.161)	(2.323)
Margem Financeira	2.097	1.048	525	(525)	(1.048)	(2.097)

	2014					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com juros	(137)	(68)	(34)	34	68	137
Custos com juros	3.023	1.512	756	(756)	(1.512)	(3.023)
Margem Financeira	2.886	1.444	722	(722)	(1.444)	(2.886)

### Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. Nos exercícios de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2015			
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	Total
<b>Ativo</b>				
Outros investimentos	462.203	8.283	864	471.350
Existências	36.710	-	-	36.710
Outras contas a receber	1.419	-	-	1.419
Estado e outros entes públicos	384	-	-	384
Investimentos detidos para negociação	105	-	-	105
Outros ativos	9.520	-	-	9.520
Caixa e equivalentes de caixa	2.661	410	-	3.071
	<u>513.002</u>	<u>8.693</u>	<u>864</u>	<u>522.559</u>
<b>Passivo</b>				
Provisões	94	-	-	94
Empréstimos obrigacionistas	464.548	-	-	464.548
Outros financiamentos obtidos	894.259	-	-	894.259
Acionistas	35.193	-	-	35.193
Fornecedores	14	-	-	14
Estado e outros entes públicos	4	-	-	4
Outros Passivos	3.951	-	-	3.951
	<u>1.398.063</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.398.063</u>
Exposição líquida	<u>(885.061)</u>	<u>8.693</u>	<u>864</u>	<u>(875.504)</u>

	2014			
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	Total
<b>Ativo</b>				
Outros investimentos	532.367	7.620	872	540.859
Existências	39.113	-	-	39.113
Outras contas a receber	4.035	-	-	4.035
Estado e outros entes públicos	373	-	-	373
Investimentos detidos para negociação	150	-	-	150
Caixa e equivalentes de caixa	57.165	62	-	57.227
	<u>633.203</u>	<u>7.682</u>	<u>872</u>	<u>641.757</u>
<b>Passivo</b>				
Empréstimos obrigacionistas	604.662	-	-	604.662
Outros financiamentos obtidos	795.690	-	-	795.690
Acionistas	35.193	-	-	35.193
Fornecedores	34	-	-	34
Estado e outros entes públicos	5	-	-	5
Outros Passivos	1.500	-	-	1.500
	<u>1.437.084</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.437.084</u>
Exposição líquida	<u>(803.881)</u>	<u>7.682</u>	<u>872</u>	<u>(795.327)</u>

### Justo valor

Sempre que possível, a Sociedade estimou o justo valor recorrendo a cotações em mercados ativos ou técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros por si detidos. Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, a Sociedade apura o respetivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Para estes instrumentos financeiros, o justo valor é apurado com base em técnicas de valorização utilizando “inputs” não baseados em dados observáveis de mercado (Nível 3, de acordo com a classificação da norma IFRS 13).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor dos ativos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado, é o seguinte:

	2015		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b>Ativo</b>			
Outros ativos	9.520	9.520	-
Caixa e equivalentes de caixa	3.071	3.071	-
	<u>12.591</u>	<u>12.591</u>	<u>-</u>
<b>Passivo</b>			
Empréstimos obrigacionistas	894.259	929.860	(35.601)
Outros financiamentos	464.548	469.189	(4.641)
	<u>1.358.807</u>	<u>1.399.049</u>	<u>(40.242)</u>
	2014		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	57.227	57.227	-
	<u>57.227</u>	<u>57.227</u>	<u>-</u>
<b>Passivo</b>			
Empréstimos obrigacionistas	604.662	610.644	(5.982)
Outros financiamentos	795.690	818.591	(22.901)
	<u>1.400.352</u>	<u>1.429.235</u>	<u>(28.883)</u>

Os critérios utilizados foram os seguintes:

As rubricas de “Caixa e equivalentes de caixa” e “Outros ativos”, dado tratar-se de aplicações à vista, a Sociedade considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor;

Empréstimos obrigacionistas: considerando as condições que se aplicam presentemente às operações de financiamento concedidas pelo IGCP, o cálculo do justo valor destes empréstimos foi efetuado aplicando o *spread* de 1,01% implícito no preço das Obrigações do Tesouro para prazo idêntico, em vigor no final de 2015; e

Outros financiamentos: considerando as condições que se aplicam presentemente às operações de financiamento concedidas pelo IGCP, o cálculo do justo valor destes empréstimos foi efetuado aplicando os *spreads* implícitos nos preços das Obrigações do Tesouro para prazos idênticos, em vigor no final de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, valorizados ao justo valor, pode ser resumida como se segue:

Tipo de instrumentos financeiros	2015					Ativos valorizados ao custo histórico	Total
	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total justo valor		
	Cotações em mercado ativos (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:		Total			
	Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)					
Ativo							
Outros Investimentos	1.783	-	456.398	458.181	13.169	471.350	
Investimentos detidos para negociação	105	-	-	105	-	105	
	<u>1.888</u>	<u>-</u>	<u>456.398</u>	<u>458.286</u>	<u>13.169</u>	<u>471.455</u>	

Tipo de instrumentos financeiros	2014					Ativos valorizados ao custo histórico	Total
	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total justo valor		
	Cotações em mercado ativos (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:		Outros (Nível 3)			
	Dados de mercado (Nível 2)						
Ativo:							
Outros Investimentos	657	-		526.738	527.395	13.464	540.859
Investimentos detidos para negociação	150	-		-	150	-	150
	<u>807</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>526.738</u>	<u>527.545</u>	<u>13.464</u>	<u>541.009</u>

Para efeitos de apresentação nesta Nota, os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13:

Nível 1 – Cotações em mercado ativo

Esta categoria inclui instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores.

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pela Sociedade ou em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (bids indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando principalmente inputs não baseados em dados observáveis em mercado.

Os ativos e passivos financeiros são classificados no nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de inputs não observáveis em mercado, nomeadamente: (i) Obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; (ii) obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos; e (iii) fundos de investimento imobiliário fechados e/ou com reduzida liquidez.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 nos ativos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

	Outros Investimentos
Valor de balanço líquido em 31 de dezembro de 2014	<u>526.738</u>
Alterações de justo valor	1.095
Imparidade reconhecida no exercício	(40.811)
Alienações	(30.284)
Aquisições	40
Outros	(380)
Valor de balanço líquido em 31 de dezembro de 2015	<u><u>456.398</u></u>

**29.Eventos Subsequentes**

Na Assembleia de participantes do Real State - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Fundo) realizada no dia 3 de fevereiro de 2016, do qual a Sociedade é detentora de 50% do seu capital, foi deliberado aumentar o capital do Fundo no montante de 15.000.000 euros.

Em 22 de março de 2016, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações da Controlauto – Controlo Técnico Automóvel, S.A. (Controlauto) entre a Sociedade e a Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A., através do qual a Sociedade vende à Brisa as 144.480 ações ordinárias, nominativas e escriturais representativas de 14,45% do capital social e direitos de voto da Controlauto, pelo montante global de 7.250 m.euros, o que corresponde ao preço de 50,18 euros por ação, integralmente pago pela Brisa à Parups.



PARUPS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em milhares de euros)

(Anexo I)

	Quantidade	Valor Nominal	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação
<b>Outros investimentos</b>						
<b>Instrumentos de dívida</b>						
De emissores nacionais:						
Obrigações BFN Perpétuas 2008	2.750	2.750	2.764	-	2.764	1.050
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	9.600	9.600	9.600	(9.600)	-	-
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	15.613	15.613	15.613	(15.613)	-	-
SLN Obrigações Subordinadas 2006	1.650	1.650	500	(500)	-	-
P.C. CNE- 12ª Emissão	2.300	2.300	2.300	(2.300)	-	-
SLN Rendimento Mais 2004	600	600	350	(350)	-	-
			31.127	(28.363)	2.764	1.050
De emissores internacionais:						
Aquílae CLO II PLC - Class Z Combination Notes	1.500	1.500	1.956	(873)	1.083	453
Harbourmaster Pro-Rata CLO 2 B.V. - Class B2	1.000	1.000	1.499	(700)	799	490
Jubilee CDO V B.V. - Class W	1.325	1.325	1.509	(765)	744	182
Harbourmaster CLO 6 B.V. - Class B2	1.000	1.000	1.024	(660)	364	106
Harbourmaster CLO 5 B.V. - Class B2E	800	800	834	(506)	328	269
H.E.A.T Mezzanine S.A. - Class C	500	500	500	(500)	-	-
Parkland Finance Corporation Series C due 2008	103	103	70	(70)	-	-
			7.392	(4.074)	3.318	1.500
<b>TOTAL INSTRUMENTOS DE DÍVIDA</b>			<b>38.519</b>	<b>(32.437)</b>	<b>6.082</b>	<b>2.550</b>
<b>Instrumentos de capital</b>						
Instrumentos de capital (unidades de participação) - no país:						
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto BFN Imonegócios	64.498	64.498	441.979	(168.432)	273.547	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado BFN Imoreal	1.758	1.758	178.861	(62.221)	116.640	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado BFN Imomairas	610	610	48.942	(14.044)	34.898	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosocial	1.749	1.749	12.259	-	12.259	881
Fundo de Investimento Imobiliário BPN Real Estate	80	80	15.456	(5.697)	9.759	-
Luso Carbon Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	46	46	1.922	(1.367)	555	4
New Energy Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	-	-	2.529	(2.192)	337	-
			701.948	(253.953)	447.995	885
Instrumentos de capital (unidades de participação) - no estrangeiro:						
The Infrastructure and Growth Capital Fund, L.P.	-	-	4.385	(76)	4.309	1.980
Sciens Global Stra Fund-Classe A	1	1	548	(22)	526	22
The leverage India Fund LLC	-	-	314	(175)	139	128
The Fine Art Fund II	93	93	95	(12)	83	14
LON&CAP REAL ESTATE FUND	-	-	9	-	9	(30)
EDEN ROCK FINANCE MASTER LIMITED	367	367	226	(217)	9	-
La Fayette Regular Growth Ltd B	1	1	6	-	6	(1)
Sciens CH SPV LTD - Classe A	-	-	(3)	6	3	(1)
GLG Patners SICAV MS Fund	-	-	1	-	1	(2)
The Fine Art Fund	893	893	-	-	-	-
La Fayette Regular Growth LTD SP	2	2	-	-	-	-
Fairfield Sigma Ltd	1	1	-	-	-	-
			5.581	(496)	5.085	2.110
			707.529	(254.449)	453.080	2.995
<b>Participações de capital:</b>						
Controlauto	144	144	15.779	(8.528)	7.251	3.038
Mndteck (India) Limited	801	801	2.828	(1.045)	1.783	1.648
Technopark Holdings Limited	-	-	1.663	(771)	892	-
Banco de África Ocidental	83	83	1.672	(836)	836	-
CBLF, SGPS S.A	848	848	848	(127)	721	-
VISA INC - CLASS C	7	7	231	-	231	-
Famigeste, SGPS, S.A.	250	250	353	(124)	229	-
BANCO MARE NOSTRUM, S.A.	104	104	140	-	140	-
INEGI	10	10	50	-	50	-
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.	15	15	31	(3)	28	-
ADRAVE	5	5	25	-	25	-
BPN - ACE, S.A.	-	-	2	-	2	-
ENTIGERE	23	23	116	(116)	-	-
Greencyber, S.A.	68	68	162	(162)	-	-
GALILEI	14.819	14.819	3.615	(3.615)	-	-
Investment Circle	80	80	-	-	-	(3)
TAIB BANK	514	514	74	(74)	-	-
			27.589	(15.401)	12.188	4.683
<b>TOTAL INSTRUMENTOS DE CAPITAL</b>			<b>735.118</b>	<b>(269.850)</b>	<b>465.268</b>	<b>7.678</b>
<b>Investimentos noutras empresas:</b>						
Suprimentos concedidos						
Greencyber, S.A.	275	275	275	(275)	-	-
<b>TOTAL SUPRIMENTOS CONCEDIDOS</b>			<b>275</b>	<b>(275)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
			<b>773.912</b>	<b>(302.562)</b>	<b>471.350</b>	<b>10.228</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>			<b>773.912</b>	<b>(302.562)</b>	<b>471.350</b>	<b>10.228</b>

#### 4. CERTIFICAÇÕES

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros – m.euros)

#### **Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da Parups, S.A. (Sociedade), incluída no Relatório de Gestão, no Balanço Individual, que evidencia um total de 522.559 m.euros e capital próprio negativo de 875.504 m.euros, incluindo um resultado líquido negativo de 82.118 m.euros, nas Demonstrações individuais dos resultados, dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e no correspondente Anexo.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### **Âmbito**

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 5 (i) e (ii) abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais, e a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Reservas**

5. Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outros investimentos" inclui unidades de participação de cinco fundos de investimento imobiliário, quatro dos quais geridos por uma entidade do Grupo Parparticipadas, SGPS, S.A. e de um fundo de capital de risco, cujo valor líquido contabilístico ascende a 451.412 m.euros. A este respeito importa salientar o seguinte:
- (i) Até à data deste Relatório, não nos foram disponibilizados os relatórios de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 do fundo de capital de risco The Infrastructure and Growth Capital Fund, cujo valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2015 ascende a 4.309 m.euros;
  - (ii) Para os quatro fundos de investimento imobiliário geridos por uma entidade do Grupo, cujo valor líquido contabilístico ascende a 434.844 m.euros, os respetivos Relatórios de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 incluem um conjunto de reservas por limitação de âmbito relativas aos seguintes assuntos:
    - Impossibilidade de conclusão sobre o eventual impacto nas avaliações de imóveis arrendados pelo fundo Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imonegócios) a entidades que exploram os respetivos espaços sob a marca "Holmes Place", os quais em 31 de dezembro de 2015 foram valorizados em 36.915 m.euros, atendendo à sua especificidade e à existência de rendas vencidas associadas a estes contratos; e
    - Impossibilidade de conclusão sobre a recuperabilidade dos saldos a receber relativos a Imposto sobre o Valor Acrescentado liquidado pelos fundos Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Real Estate), Imoreal – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imoreal) e Imonegócios na aquisição de diversos imóveis, nos montantes de 5.260 m.euros, 3.477 m.euros e 2.871 m.euros, respetivamente.
  - (iii) Para os quatro fundos de investimento imobiliário referidos no parágrafo 5 (ii) acima, foram ainda identificados os seguintes assuntos:
    - Impossibilidade de quantificação da perda que deveria ser registada nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 do fundo Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imomarinas) para fazer face à desvalorização que deverá ser refletida nos imóveis em carteira e nos adiantamentos realizados na celebração de contratos promessa de compra de imóveis, no montante global de, aproximadamente, 21.000 m.euros, dado as respetivas avaliações realizadas no exercício de 2015 terem sido preparadas com base em pressupostos pouco aderentes à situação atual daqueles imóveis;
    - Impossibilidade de quantificação da parcela das menos valias registadas nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do fundo Imomarinas, no montante de 7.939 m.euros, originadas pela venda da participação financeira na sociedade Investimentos Dominiais Anglo-Portugueses, S.A., que seria imputável a exercícios anteriores; e
    - Impossibilidade de quantificação quanto ao montante que deveria ser registado em resultados transitados, decorrente da desvalorização de imóveis existentes na carteira do fundo Imoreal, no montante de 5.203 m.euros.

- (iv) O Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 do fundo de investimento imobiliário Imosocial – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, no qual a Sociedade detém uma participação de 9,16%, cujo valor líquido contabilístico ascende a 12.259 m.euros, inclui uma reserva por desacordo relacionada com a impossibilidade de quantificação do impacto das perdas esperadas com a venda no curto prazo dos imóveis registados no balanço do fundo, no montante de 135.589 m.euros, decorrente do facto do mesmo se encontrar em liquidação.

Desta forma, não nos é possível concluir quanto aos impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2015, que resultam das limitações descritas nos parágrafos (i) e (ii) acima, nem quantificar os impactos resultantes dos assuntos descritos nos parágrafos (iii) e (iv) acima.

6. A nossa Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras individuais da Sociedade do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, datada de 31 de março de 2015, continha uma reserva pelo facto da valorização da participação financeira detida pelo fundo Imonegócios na sociedade Candal Park, S.A. não considerar o efeito dos impostos diferidos passivos associados ao justo valor dos imóveis detidos por aquela participada, no montante de 4.700 m.euros. Apesar do fundo continuar a não registar aqueles impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade refletiu aquele impacto na valorização das unidades de participação detidas no fundo Imonegócios, no montante de aproximadamente 3.200 m.euros. Em resultado desta situação, em 31 de dezembro de 2015 o resultado líquido negativo do exercício encontra-se sobreavaliado e os resultados transitados negativos encontram-se subavaliados pelo montante de 4.700 m.euros.

### Opinião

7. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 5 (i) e (ii) acima, e exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 5 (iii), 5 (iv) e 6 acima, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 9 abaixo, a posição financeira individual da Parups, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o outro rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.



**Ênfases**

8. Conforme descrito na Nota 11 do Anexo, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de dezembro de 2015 apresentam capital próprio negativo no montante de 875.504 m.euros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresenta passivos correntes, nomeadamente empréstimos obrigacionistas e outros financiamentos obtidos com vencimento em 2016, no montante de 79.295 m.euros, os quais excedem os ativos correntes. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A., foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Setor Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.
9. As demonstrações financeiras individuais mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à atividade individual da Sociedade, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual da Sociedade, os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade e os outros investimentos ao justo valor. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.
10. Conforme descrito na Nota 16 do Anexo, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo da rubrica "Passivos correntes - Acionistas" diz respeito a um adiantamento efetuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 m.euros, que não foi objeto de formalização.
11. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a respetiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, datada de 31 de março de 2015, incluiu uma reserva semelhante à descrita no parágrafo 5 acima.

**Relato sobre outros requisitos legais**

12. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 11 de maio de 2016



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por José António Mendes Garcia Barata

**PARUPS**  
**Conselho Fiscal**

Exercício de 2015  
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
(Contas Individuais)

1. De acordo com o disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, S.A. (adiante designada por Sociedade ou PARUPS), relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

2. Os atuais membros do Conselho Fiscal da PARUPS foram eleitos por Deliberação Unânime do Acionista Único datada de 24 de Setembro de 2013.

3. O Conselho Fiscal, no âmbito das competências que lhe estão cometidas, procurou conhecer e fiscalizar os atos de gestão do Conselho de Administração da Sociedade, tendo, entre outras medidas, reunido com os membros do Conselho de Administração, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com dirigentes intermédios, acompanhando, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a actividade da Sociedade. O Conselho Fiscal teve ainda acesso à documentação e aos esclarecimentos que entendeu solicitar para compreender o suporte das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal realizou, durante 2015, 9 reuniões formais.

4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Bom Governo da Sociedade elaborado pelo Conselho de Administração da PARUPS.

Por força da aquisição pelo Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 100% das ações representativas do capital social da PARUPS, a Sociedade encontra-se sujeita não só aos respectivos Estatutos e às normas legais relativas às sociedades anónimas – designadamente ao Código das Sociedades Comerciais – mas também, entre outras, ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, às normas legais aplicáveis à atividade de gestão e alienação dos ativos adquiridos, ao Código dos Valores Mobiliários e regulamentos da CMVM (na parte relativa às UP que detém), ao regulamento de Fundos de Capital de Risco e ao regime Jurídico dos Fundos de Investimento Mobiliário e, ainda, à legislação referente ao controlo financeiro do Estado exercido pelo Tribunal de Contas.

  
1  


As normas de Prevenção do Branqueamento de Capitais norteiam também a atividade da empresa.

No âmbito interno, o órgão de gestão continuou a adotar regulamentos evidenciando preocupação com os princípios da segregação de funções e de melhor controlo interno. Note-se que, pela sua natureza, a Sociedade está também obrigada à elaboração do *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas*, tendo elaborado o respectivo Relatório.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, que definiu os Princípios do Bom Governo, a empresa obriga-se ainda ao cumprimento das orientações estratégicas definidas pelo acionista para a empresa e para o Sector Empresarial do Estado.

O Conselho Fiscal avaliou ainda o Modelo de Governo em vigor na PARUPS, sendo de parecer que o mesmo assegura uma segregação das funções de administração e fiscalização adequada às atividades exercidas pela Sociedade.

O Conselho Fiscal registou o elevado grau de cumprimento dos Objectivos assumidos pela equipa de gestão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do nível de cumprimento das orientações legais por parte da PARUPS, bem como das Notas e detalhes apresentados, a este propósito, pelo Conselho de Administração, no seu Relatório sobre o Governo da Sociedade, designadamente, no que se refere aos objetivos e respectivo grau de cumprimento das obrigações legais, estrutura de capital, participações sociais e obrigações detidas, órgãos sociais, organização interna (em particular, sistema de gestão e controlo interno, medidas adoptadas na gestão do risco, regulamentos internos e externos, código de conduta), deveres de informação, aplicação de reduções remuneratórias, contratação pública e plano de redução de custos e pacote remunerativo do Conselho de Administração.

5. No âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou, em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, e que foram aprovados em reunião realizada em 14 de Abril de 2016.

6. Com base nos procedimentos que puderam ser desenvolvidos, o Conselho Fiscal, não tendo conhecimento de qualquer dado relevante que pudesse alterar, com materialidade, o seu parecer, conclui que o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e tendo presente o mencionado no ponto 10 deste parecer, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição da Sociedade naquela data.

 2

## 7. O Conselho Fiscal destaca que:

A PARUPS é uma sociedade anónima constituída, em 16 de Setembro de 2010, no âmbito do processo de reestruturação financeira do BPN - Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), seu acionista único, tendo em vista a reprivatização daquele Banco e face à decisão de segregar um conjunto de ativos do balanço individual e consolidado do Banco, transferindo-o para três sociedades constituídas para esse efeito, designadas "PAR's" (PARUPS, PARVALOREM e PARPARTICIPADAS).

Neste contexto, a Sociedade adquiriu ao "Grupo BPN", ao valor nominal, um conjunto de ativos de natureza muito heterogénea, dispersos geograficamente (imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos), muitos dos quais sobrevalorizados.

Em 2011, a Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças aprovou (Despacho 825/11, de 3 de Junho) a aquisição pelo Estado Português da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, operação que veio a concretizar-se em 14 de Fevereiro de 2012. O Estado Português assumiu, assim, diretamente, todos os direitos e obrigações desta Sociedade. Com a concretização da operação o(s) Conselho(s) de Administração começaram, a partir do exercício de 2011, a fazer refletir, nas demonstrações financeiras, o reconhecimento de imparidades para os citados ativos adquiridos em 2010.

A partir de 1 de agosto de 2012, a Sociedade acomodou as mudanças necessárias à sua adaptação ao estatuto de Entidade Pública Re classificada, integrante do Sector Empresarial do Estado, promoveu importantes transformações ao nível organizacional e funcional (num desafiante quadro de instabilidade ao nível dos recursos humanos e de indisponibilidade ao nível dos recursos materiais e técnicos) e clarificou a sua missão, passando a procurar soluções mais adaptadas à atividade de gestão dos ativos sob sua responsabilidade.

A Sociedade passa a gerir e a procurar potenciar a valorização dos ativos sob sua gestão, minimizando as perdas para o acionista, sendo o seu objecto social, em especial, a prestação de serviços de consultoria, aquisição de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão.

A PARUPS não dispõe de quadro de pessoal à exceção dos elementos que integram os órgãos sociais da empresa, continuando a sua gestão a ser assegurada pela PARVALOREM.

Em 2015, a Sociedade continuou a procurar atuar em todo o portfólio de ativos (financeiros, imóveis, coleções de arte). No que toca às obras de arte (cerca de 2,1% do ativo), mantiveram-se as contingências jurídicas que impediram, em 2014, a alienação em leilão das 13 obras do artista Joan Miró. Intensificou-se o trabalho de inventariação e concentração do seu armazenamento em condições de segurança adequadas. Quanto aos imóveis (5% do ativo), embora o número de vendas tenha registado um crescimento significativo, o seu valor não acompanhou este aumento (vendas de baixo valor). Aprofundou-se e alargou-se a relação com mediadores imobiliários para aumentar a visibilidade dos imóveis e potenciar a sua venda. A maior condicionante à gestão continua a ser, porém, a gestão dos ativos financeiros (mais de 90%), em particular, a da "Imofundas SGFII, S.A.", que gere os fundos imobiliários detidos pela Parups, e que representa 83% dos seus ativos. A sobrevalorização dos ativos, e seu elevado nível de imparidades, implica que a maioria das operações resulte em menos-valias, com o consequente impacto negativo nas contas da Sociedade.

Pese embora as amortizações extraordinárias e antecipadas do empréstimo obrigacionista (que se estima permitirão uma poupança em juros e outros encargos futuros de mais de 10 M€), a incapacidade da sociedade para gerar receitas para fazer face ao serviço da dívida manteve-se, continuando o recurso a novos financiamentos para liquidação de juros, mantendo-se, assim, o seu elevado passivo, situação que se agrava à medida que se reduzem os ativos passíveis de gerar receitas futuras.


Em 31 de Dezembro de 2015 a Sociedade apresentava capital próprio ainda mais negativo (obrigando à aplicação das normas constantes dos artigos 35º e 171º do CSC) e passivos correntes que superavam os ativos correntes.

Estes são, entre outros, problemas a merecer reequacionamento por parte da Tutela e do Conselho de Administração.

8. Em termos das contas da PARUPS relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o Conselho Fiscal salienta os seguintes indicadores:

O Ativo Líquido ascendeu a 522.559 mEuros (representando um decréscimo de 119.198 mEuros face a 2014, ano em que a mesma rubrica atingiu 641.757 mEuros). O Ativo Corrente Líquido diminuiu cerca de 49,7 MEuros e o Ativo não Corrente Líquido cerca de 69,5 MEuros).

O Passivo Não Corrente totalizou 1.279.606 mEuros, tendo diminuído 120.746 mEuros face ao ano anterior (fruto da amortização parcial do empréstimo obrigacionista e da reclassificação em Passivo Corrente de 74,9MEuros a reembolsar em 2016). Registe-se a contratualização de um novo empréstimo junto do Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, no montante de 83,7 MEuros. Quanto ao Passivo Corrente (118.457 mEuros), aumentou 81.725 mEuros face ao ano anterior.

  
4



Os Capitais Próprios, negativos, cifraram-se em 875.504 mEuros, continuando a degradar-se (mais 80.177 mEuros, 10%) face aos valores já apresentados em 2014 (795.327 mEuros, também negativos), situação a que se aplica o artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2015 foi negativo em 82.118 mEuros, piorando face ao resultado negativo alcançado em 2014 (em que tinha sido 74.549 mEuros, negativos).

As Provisões e Perdas por Imparidade registam um valor líquido acumulado (361.877 mEuros) ligeiramente inferior ao do ano anterior (370.774 mEuros).

Nos Outros Custos Operacionais (49.478 mEuros) inclui-se 46.929 mEuros relativos a perdas em alienações de títulos (Imoglobal).

9. De acordo com o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, o Conselho Fiscal apreciou o conteúdo do Relatório de Governo Societário, sendo da opinião que este inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do Capítulo II do aludido diploma legal.

10. O Conselho Fiscal apreciou ainda o conteúdo da “Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria” emitidos pelo Revisor Oficial de Contas sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos Resultados Individuais, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e correspondente Anexo.

O Conselho Fiscal chama a especial atenção para as Reservas constantes nos pontos 5 e 6 e para os Ênfases apresentados nos pontos 8, 9, 10 e 11 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria às Contas do Revisor Oficial de Contas.

11. O Conselho Fiscal reitera, finalmente, a observação sobre o estado a que chegaram os capitais próprios negativos da Sociedade, pondo em causa a continuidade das operações e determinando a aplicação das normas constantes do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.





**PARECER:**

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, tomando em devida conta o exposto nos números 10 e 11 do presente parecer;
- b) Pondere sobre a proposta de aplicação do resultado do exercício (transferência para Resultados Transitados do Resultado Líquido do Exercício, negativo, de 82.118 mEuros), que faz parte integrante do Relatório de Gestão, apresentado pelo Conselho de Administração;
- c) Aprove o Relatório de Governo Societário, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentado pelo Conselho de Administração da PARUPS;
- d) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela retire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal, 13 de Maio de 2016



David Avelar



Miguel Barros

Página deixada intencionalmente em branco

## 5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

✓ **Objetivos de gestão** (nos termos do art.º 38º do Dec-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro)

Cumprimento das orientações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N.A.		
<b>Objetivos de Gestão</b>					
<i>Gerais</i>					
• Redução de Custos Operacionais					
FSE	X			100%	(*)
PESSOAL			X		A empresa não tem quadro de pessoal, apenas Órgãos Sociais.
• PMP	X			100%	
<i>Específicos</i>					
• Avaliação dos ativos	X			100%	(**)
<b>Recomendações do Acionista na aprovação de contas</b>			X		

(\*) – Os esforços de renegociação de contratos de prestação de serviços e racionalização de recursos, da gestão corrente de imóveis, da prestação de serviços de segurança, de serviços de avaliação e ainda de apólices de seguros multi-riscos dos imóveis permitiu a redução destes encargos, entre outros.

(\*\*) – A PARUPS, S.A. procedeu à atualização das avaliações dos ativos sob sua gestão, através de empresas especializadas.

✓ **Gestão do Risco Financeiro** e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2015, na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. Apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2015

Não Aplicável. A PARUPS, S.A. não recorre a financiamentos de Instituições Financeiras. As suas necessidades são, na componente não coberta por receitas/recebimentos próprios, asseguradas, exclusivamente, por empréstimos do seu acionista, o Estado, através da D.G.T.F.

A carteira de financiamentos em curso está intrinsecamente ligada à reestruturação do BPN e medidas subjacentes à mesma, determinadas pelo Despachos de Sua excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças n.º 739/10-SETF, de 19 de julho, n.º 875/10-SETF, de 19 de agosto, e n.º 19070-A/2010-SETF, de 15 de dezembro.

Anos	m€				
	2015	2014	2013	2012	2011
Encargos Financeiros (m€)	39 851	44 373	52 518	76 360	69 003
Taxa Média de Financiamento (%) (a)	2,68%	4,35%	4,73%	6,18%	5,73%

(a) - taxa de juro média ponderada sobre o capital em dívida no início do ano

Passivo Remunerado	2015	2014	2013	Variação 15/14	
	Valores (m€)			Valor	%
Financiamentos obtidos	1 316 385	1 374 563	1 367 584	(58 178)	-4%
... dos quais concedidos pela DGTF	816 884	733 209	569 247	83 675	11%
Aumentos de Capital por dotação	-	-	-	-	0%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	-	-	-	-	0%
Endividamento Ajustado	-	-	-	-	0%

- ✓ **Evolução Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores** (nos Termos da RCM n.º 34/2008 de 22 fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 abril e divulgação dos atrasos nos pagamentos, conforme definidos no Dec-Lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio)

PMP	2015	2014	Var. (%) 2015 / 2014
Prazo (dias)	14,53	3,56	308,15%

- ✓ **Mapa da posição a 31/12/2015 dos Pagamentos em Atraso** ("Arrears", nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio)

Dívidas vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de bens e serviços	-	-	-	-	-
Aquisições de capital	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

- ✓ **Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito das recomendações da acionista**

Não existem recomendações específicas do acionista.

- ✓ **Das remunerações**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N. A.		
<b>Remunerações</b>					
Mesa A.G. - Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015	X			100%	os membros da Mesa da A.G. não são remunerados
C.A. - Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artº 41 da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro	X			100%	A empresa não tem quadro de pessoal. As remunerações correspondem apenas aos Órgãos Sociais
C.A. - Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015	X			100%	
Fiscalização. - Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015	X			100%	

SROC/Auditor Externo. - Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015	X			100%	A remuneração da SROC e Auditor externo foi objeto de despacho n.º 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013
Restantes trabalhadores – Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015	X			100%	A empresa não tem quadro de pessoal.

- ✓ **Suspensão do pagamento de complemento de pensões** pelas empresas que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios (2014, 2013 e 2012), nos termos do n.º 3 do art.º 78.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro

Este ponto não se aplica pois a entidade não paga complemento de pensões.

- ✓ **Artigo 32.º do Estatuto de Gestor Público** republicado pelo Dec-Lei 8/2012 de 18 janeiro

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Justificação
	Sim	Não	N. A.	
Conselho de Administração	X			A deliberação Social Unânime por Escrito do acionista sobre o pacote remunerativo do C.A., que entrou em vigor a partir de 1/AGO/12, cumpre todos os requisitos estabelecidos no EGP. Em 29 junho 2015 a Assembleia Geral aprovou a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade

- ✓ Aplicação do disposto no n.º 2 do art.º 16.º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de **despesas não documentadas**

Este ponto não se aplica pois não existem despesas não documentadas nas contas da entidade.

- ✓ Elaboração e divulgação de **relatório sobre remunerações** pagas a mulheres e homens de acordo com o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Este ponto não se aplica pois a entidade não tem quadro de pessoal.

- ✓ **Contratação Pública**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Justificação
	Sim	Não	N. A.	
Contratação Pública			N. A.	O regime de contratação pública não é aplicável à PARUPS, S.A.



- ✓ Elaboração e divulgação de **relatório anual sobre prevenção da corrupção** conforme o disposto no nº 1 do artº 46º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro

Foi elaborado o relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2015, visto e autorizado em Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2016 referente à Parvalorem.

Considera-se que o Plano (PGRIC) e o Relatório do Plano da Parvalorem é extensível para as empresas Parparticipadas e Parups

- ✓ **Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

Não Aplicável

- ✓ **Parque de Veículos do Estado** previstas no nº 4 do artº 61 da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos nº 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através do ofício Circular nº 4238, de 1 de julho) e Despacho nº 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através do Ofício Circular nº 7408, de 2 de dezembro)

Cumprimento das Obrigações Legais	N.º total (31Dez)			Justificação
	2015	2014	Variação	
Veículos utilizados	-	-	-	Não há veículos no património da sociedade. Todo o parque automóvel é gerido pela PARVALOREM, S.A.

- ✓ **Plano de Redução de Custos** previstas no nº 1 artº 61º da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro

PRC	Meta	2015 Exec.	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	Var. 2015/2014		Var. 2015/2012		m€
						Absoluta	%	Absoluta	%	
(1) CMVMC		3 227	19 410	2 180	1 522	- 16 183	17%	1 705	112%	
(2) FSE		446	879	714	621	- 433	51%	175	-28%	
(3) Gastos com o Pessoal		122	134	140	69	- 12	91%	53	77%	
<b>(4) Gastos operacionais = (1)+(2)+(3)</b>		<b>3 795</b>	<b>20 423</b>	<b>3 034</b>	<b>2 212</b>	<b>- 16 628</b>	<b>19%</b>	<b>1 583</b>	<b>72%</b>	
(5) Volume de negócios (VN)		3 299	18 693	1 767	1 517	- 15 394	18%	1 782	117%	
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)		<b>1,15</b>	<b>1,09</b>	<b>1,72</b>	<b>1,46</b>	<b>0,06</b>	<b>105%</b>	<b>- 0,31</b>	<b>-21%</b>	
<b>Lei OE2015 - Artº 61 nº 3</b>										
Comunicações (FSE)	em linha com 2014	-	-	-	-			-	-	
Deslocações/Estadas (FSE)	em linha com 2014	-	-	-	-			-	-	
Ajudas de custo (Gastos com Pessoal)	em linha com 2014	-	-	-	-			-	-	
Número Trabalhadores <sup>(1)</sup>		-	-	-	-			-	-	
Nº de Efetivos <sup>(2)</sup>		-	-	-	-			-	-	
Nº Cargos de Direção		-	-	-	-			-	-	
Nº Trabalhadores/Cargos Direção		-	-	-	-			-	-	
<b>Viaturas</b>										
Nº de viaturas	menor que	-	-	-	n.a			n.a	n.a	
Gastos com as viaturas	menor que	-	-	-	n.a			n.a	n.a	

A Parups, S.A. foi adquirida pela DGTF em 14 de fevereiro de 2012. Assim sendo, a análise da variação incide sobre os anos 2012 e 2015.

A Parups, S.A. não tem quadro de pessoal, apenas Órgãos Sociais.

Nota (1) - de referir que o Volume de Negócios, não integra, por questões de ordem contabilística, o encaixe financeiro que resultou da atividade da empresa na alienação de ativos financeiros em 2015 no valor de 29,6M€, contra 51.7 M€ em 2014. Não podendo considerar estes valores como volume de negócios, dever-se-á, no entanto, considerar o seu valor para o cálculo deste rácio uma vez que constitui uma parte da principal atividade da empresa – recuperação através da venda de ativos financeiros e traduz o grande esforço desenvolvido pela empresa

- ✓ **Princípio da Unidade Tesouraria do Estado** conforme previsto no artº 28º do decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e no artº 125º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N. A.		
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado			n.a.		(*)

(\*) Foi autorizada a exceção do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria concedida à PARUPS, S.A. através do Despacho n.º 2581/14 da SET de 19 de dezembro de 2014 – Secretaria de Estado do Tesouro. Nova solicitação anual efetuada no dia 14 de janeiro de 2015 não tendo ainda sido comunicada qualquer decisão. Ainda assim a sociedade concentrou os seus excedentes de liquidez em aplicações no IGCP.

A título de exemplo, no mês de Dezembro de 2015 venceram-se cerca de 82 milhões de aplicações no IGCP que serviram para amortizações extraordinárias de dívida.

- ✓ **Recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas**

Não foram dirigidas à empresa quaisquer recomendações resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas durante o ano de 2015.

- ✓ **Informação divulgada a 31 de dezembro de 2015 no site do SEE**

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S / N / N. A.	Data Atualização	
Estatutos	S	25/11/2014	Versão anterior de 2010 publicada a 31/05/2013
Caracterização da Empresa	S	04/2013	Atualização da Missão da Empresa
Função de tutela e acionista	S	04/2013	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
Identificação dos Órgãos Sociais	S	04/2013, 08/2014 e 03/2016	Atualização dos mandatos
Estatuto Remuneratório Fixado	S	04/2013 e 03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	04/2013, 08/2014 e 03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014

Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	04/2013 e 03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	02/2015 e 03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Esforço Financeiro Público	N.A		
Ficha Síntese	S	03/2013	
Informação Financeira histórica e atual	S	01 e 04/2015; 03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014 Em breve será atualizada a info do R&C 2015
<b>Princípios de Bom Governo</b>			
Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está sujeita	S	03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Outras transações	S	03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios:	S	03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Económico	S	03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Social	S	03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Ambiental	S	03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	08/08/2014 e 03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014
Código de Ética	S	03/2016	Dados do Relatório & Contas de 2014

Na presente data a informação está divulgada no “site” institucional da PARUPS, S.A. e na aplicação (*SIRIEF*) que alimenta o “site” do SEE.

O Relatório e Contas de 2015, contendo toda a informação, será igualmente disponibilizado no site do SEE, estando já em implementação o cumprimento das obrigações de divulgação da informação de forma direta na plataforma SIRIEF para 2016.

## Apêndice 1

## Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor senha fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)- (2)+(3)
2015-2017	Presidente	JOSÉ EMÍLIO COUTINHO GARRIDO CASTEL-BRANCO	-	-	-	-	-
2015-2017	Secretária	CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE	-	-	-	-	-

## Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Doc <sup>(1)</sup>	Data	(identif/n.a.)	(O/D)
2015-2017	Presidente	MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	AG	29/04/2015	n.a.	D
2015-2017	Vogal	BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	AG	29/04/2015	n.a.	n.a.
2015-2017	Vogal	FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	AG	29/04/2015	n.a.	n.a.
2015-2017	Vogal	BERNARDO XAVIER ALABAÇA	AG	29/04/2015	n.a.	D

(1) - Resolução (R) AG/DUE Despacho (D)

Nota: OPRLO. Opção pela Remuneração do Lugar de Origem: O D: Origem Destino

Nome	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público / Privado)
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	DGTF	Subdiretor Geral	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	Parpública	Vice-Presidente Mesa AG	-

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	S	C	4.578,20	1.831,28
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	S	C	n.a.	n.a.
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	S	C	n.a.	n.a.
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	S	C	915,64	n.a.

Nota: EGP - Estatuto de Gestor Público

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 4 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, conjugado com o estabelecido no artigo 31.º do EGP, foram autorizados os Dr. Francisco Nogueira Leite, Dr. Bruno Henriques, e Dr.ª Maria Paula Poças a acumular as funções de membros do Conselho de Administração na Parvalorem, S.A., na Parups, S.A. e os Dr. Francisco Nogueira Leite e Dr. Bruno Henriques na Parparticipadas, Sgps, S.A., desde que apenas exerçam funções executivas numa delas e não acumulem remunerações.



Nome	Remuneração Anual (€)					
	Variável*	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	86 070,16	79.598,40	10.844,73	-	68.753,67
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	-	12 818,96	12 818,96	1.615,19	-	11.203,77

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

\* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

\*\* Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Nome	Benefícios Sociais (€)							
	Sub. Refeição (*)		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago ano	Identificar	valor			Identificar	valor
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	SS+SAMS	21.507,21	-	-	SAT + SRC	1.301,25
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-	SRC	1.000,00
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-	SRC	1.000,00
BERNARDO XAVIER ALABAÇA	-	-	SS	2.660,87	-	-	SAT + SRC	1.040,47

(\*) Os órgãos Sociais não recebem subsídio de refeição

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-

Nota: Os gastos com Comunicações Móveis são suportados pela Parvalorem, S.A.

Nome	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de referência da Viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas	Nº prestações contratuais Remanescentes
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: (1) Aquisição; ALD, Leasing ou outra

Nota: Os encargos com viaturas são suportados pela Parvalorem, S.A.

Nome	Plafond Mensal Combustível e portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-

Nota: Os encargos com viaturas são suportados pela Parvalorem, S.A.

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com Viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES	-	-	-	-	-	-
BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE	-	-	-	-	-	-

Nota: Os Gastos anuais associados a deslocações em serviço são suportados pela Parvalorem, S.A.

## Fiscalização

### Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório Fixado (Mensal) (€)
			Doc. (1)	Data	
2013 - 2015	Presidente	MARIA ROSA TOBIAS SÁ	AG	24/09/2013	500,00
2013 - 2015	Vogal	DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	AG	24/09/2013	350,00
2013 - 2015	Vogal	MIGUEL MENDES DE BARROS	AG	24/09/2013	350,00

Legenda: (1) - indicar Resolução AG DUE Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
MARIA ROSA TOBIAS SÁ	7.000,00	559,96	-	6.440,04
DAVID ANTÓNIO TEIXEIRA DE AVELAR	4.900,00	137,24	-	4.762,76
MIGUEL MENDES DE BARROS	4.900,00	137,24	-	4.762,76

### ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC		Designação		Remuneração (€) a)		Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma (1)	Data	Limite Fixado	Contratada	
2013 - 2015	Revisor Efetivo	DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA - Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA	1210	AG/D	24/09/2013	38 000,00	38 000,00	2
2013 - 2015	Revisor Suplente	Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro	572	AG/D	24/09/2013			

Nota: deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) - indicar Resolução AG/DUE/Despacho (D)

a) A remuneração da SROC e Auditor externo foi objeto de despacho nº 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013

Nome	Remuneração Anual (€) a)		
	Bruta	Reduções Remuneratórias	Bruta após Reduções
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA - Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA	38 000,00	n.a.	n.a.
Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro	-	n.a.	n.a.

a) A remuneração da SROC e Auditor externo foi objeto de despacho nº 2261-SET/13 de 5 de dezembro 2013

### Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Reduções Remuneratórias	Bruta após Reduções
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., LDA	43	231	-	-	-	-	-

A auditoria é feita no âmbito da revisão oficial de contas pela Deloitte & Associados, Sroc, s.a., lda, n.º 231 da CMVM, pelo que o seu custo está incluído na Prestação de Serviços do ROC.



## Apêndice 2

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprime	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S / N / N.A.		
<b>Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento <sup>1</sup></b>			
Maximização do valor dos seus ativos	S	100%	
Avaliação dos ativos	S	100%	
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	N.A.		
<b>Evolução do PMP a Fornecedores</b>	S	308,1%	
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	S	0	
<b>Recomendações do Acionista na última aprovação de contas</b> Regularizar as situações que deram origem às reservas e ênfases constantes na Certificação Legal de Contas do Auditor Externo	N	-	As reservas não se reportam à Parups, mas antes a fundos de investimento por ela detidos e geridos por entidades terceiras. As ênfases encontram-se em análise juntamente com o Acionista e Auditor.
<b>Remunerações</b>			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art.º 41.º da Lei 82-B/2014	S	100%	Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2015	S	100%	Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
Auditor Externo - redução e reversões remuneratórias nos termos do art.º 75.º da Lei 82-B/2014	N.A.		
Restantes Trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	S	100%	
Restantes Trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014	S	100%	Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
<b>EGP - Artigo 32.º</b>			
Não utilização de Cartões de Crédito	S	DUE Remuneração do CA de 29/06/2015	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	DUE Remuneração do CA de 29/06/2015	
<b>Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16.º do DL 133/2013</b>			
Proibição da realização de despesas não documentadas	S	100%	Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N.A.		Parvalorem não detém Plano para a igualdade
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de Contratação Pública pela empresa	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
Aplicação das normas de Contratação Pública pelas participadas	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
<b>Prevenção da Corrupção - n.º 1 do DL 133/2013</b>			

Elaboração e divulgação do relatório anual	S		<a href="https://www.parvalorem.pt/pt/parups/Paginas/Bom-Governo.aspx">https://www.parvalorem.pt/pt/parups/Paginas/Bom-Governo.aspx</a>
<b>Auditorias do Tribunal de Contas <sup>(b)</sup></b>			
Recomendação 1	N.A.		
Recomendação 2	N.A.		
Etc.	N.A.		
<b>Parque Automóvel</b>			
N.º de Viaturas	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
Gastos com Viaturas	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
<b>Gastos operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei 82-B/2014)</b>	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
<b>Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei 82-B/2014)</b>			
N.º de Trabalhadores	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
Volume de Negócios / N.º de Trabalhadores	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
N.º de Cargos Dirigentes	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei 82-B/2014 / artigo 28.º do DL 133/2013) <sup>2</sup></b>			
Disponibilidades Centralizadas no IGCP <sup>3</sup>	S	75,61%	
Juros auferidos em Incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado <sup>4</sup>	N.A.		Justif. no ponto 5-Cumpr.Orient.Legais

## 6. DECLARAÇÕES DE INDEPENDÊNCIA

Anexo A – Declaração de Independência Presidente C.A.

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 14 de Abril de 2016



Presidente do Conselho de Administração

Anexo A – Declaração de Independência - Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 14 de Abril de 2016

Administrador não Executivo

Anexo A – Declaração de Independência – Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 14 de Abril de 2016

Administrador não Executivo



Anexo A – Declaração de Independência – Administrador não Executivo

(art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro)

Eu, BERNARDO XAVIER ALABAÇA declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o art.º 51º do Dec-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 14 de Abril de 2016

  
Administrador não Executivo

**7. DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15º DA LEI Nº 8/2012.  
DE 21 DE FEVEREIRO**



**Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2015**

Ministério: FINANÇAS

Entidade: PARUPS, S.A

Montante total de compromissos plurianuais: € 0,00

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2015, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
Sem compromissos plurianuais a declarar.	

Observações



Lisboa, 19 de Fevereiro de 2016.



# PARUPS, S.A.

---

## Recebimentos em atraso

---

### Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2015

Ministério: FINANÇAS  
Entidade: PARUPS, S.A

Montante total de recebimentos em atraso: € 0,00

Sem recebimentos em atraso a declarar.

Observações

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2016.



**PARUPS, S.A.**

---

P a g a m e n t o s   e m   a t r a s o

---

**Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2015**

Ministério: FINANÇAS  
Entidade: PARUPS, S.A

Montante total de pagamentos em atraso: € 0,00

Sem pagamentos em atraso a declarar.



Lisboa, 19 de Fevereiro de 2016.

